



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2023 a 31/03/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/41

11.2023	Sessão Ordinária - CD	01/03/2023-15:12
Publ.: DCD - 02/03/2023	Julio Lopes-PP -RJ	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de digitalização do arcabouço tributário nacional. Empenho do orador no monitoramento, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, da cobrança de impostos sobre o setor de combustíveis.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Prezado Presidente Gilberto Nascimento, Sras. e Srs. Deputados, tenho a honra de estar nesta tribuna hoje para, mais uma vez, manifestar a necessidade de o Brasil fazer, antes mesmo da reforma tributária, uma simplificação tributária com base na digitalização. Se nós, pura e simplesmente, digitalizarmos os impostos municipais, estaduais e federais, nas mesmas datas, nos mesmos dias, nos mesmos valores, percentuais e alíquotas, sem alterar um só real na tributação brasileira, apenas fazendo com que ela aconteça *on-line*, em tempo real, nós vamos fazer com que o Brasil mude.

A tributação *on-line* vai permitir que cada cidadão veja no seu celular quanto deve de imposto naquele dia, quanto terá que pagar no final do mês ou no final do ano, e as empresas igualmente terão essa informação.

Apresentamos nesta Casa um projeto de lei para criar exatamente a identidade única, um único cadastro possível das empresas brasileiras, com um CNPJ, um CPF ou um conjunto de CPFs. Portanto, estamos propondo que nós criemos a Nota Fiscal Brasil, com o nome da empresa, ou seja, o CPF, seguido de uma sequência numérica em ordem cronológica das emissões. Assim, vamos simplificar todos os processos e fazer uma verdadeira reforma, uma revolução tributária em pouco tempo, Deputado Chico Alencar, apenas fazendo a digitalização dos impostos. Essa é a ideia.

Tenho trabalhado já há alguns anos, forçando a Agência Nacional do Petróleo,



Gás Natural e Biocombustíveis — ANP a fazer o monitoramento da cobrança de impostos sobre o setor de combustíveis. Na realidade, o que eu quero e o que tenho feito com ação legislativa contundente com ações de obrigação de fazer e várias indicações ao Governo e à ANP é que essa agência monitore todo o setor de combustíveis do Brasil, a sua produção, a sua distribuição e a venda de combustíveis no País, assim como a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico fazem com o serviço de energia elétrico.

Não há por que a ANEEL ter um papel regulatório diferente do da ANP. A ANP calcula no mar quanto petróleo e gás os poços *offshore* produzem, segundo a segunda, que tipo de petróleo e de gás produzem, quanto é injetado de gás e quanto se queima de gás. Nós, sociedade brasileira, sabemos isso *online*, em tempo real. No caso do posto de gasolina da esquina não sabemos de nada, mas só não sabemos porque não queremos.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que fiz uma ação de obrigação de fazer, e a ANP já concordou comigo e disse que vai gastar 368 milhões de reais para assumir essa obrigação. Ela diz que não precisaria gastar um centavo, mas eu já disse que seria melhor gastar mesmo que fossem 500 milhões de reais do que não fazer.

Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Um grande abraço.

Documento 2/41

15.2023

Sessão Ordinária - CD 07/03/2023-20:08

Publ.: DCD - 08/03/2023 -

Adriana Ventura-NOVO -SP

ORDEM DO DIA

QUESTÃO DE ORDEM
DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre a criação de Comissão Especial para exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, acerca da alteração do Sistema Tributário Nacional. Pedido à Presidência de deliberação da Questão de Ordem nº 5, de 2023, sobre a criação de grupo de trabalho para estudo da reforma tributária. Associação à questão de ordem formulada pelo Deputado Kim Kataguiri a respeito do tema.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, na mesma linha do Deputado Kim Kataguiri, a questão de ordem se baseia no art. 33 do Regimento.

Primeiro, eu gostaria de pedir a resposta de uma questão de ordem que já foi formulada pelo Partido Novo, que é a Questão de Ordem nº 5, de 2023, que

questiona a formação do grupo de trabalho para a discussão da reforma tributária, onde apenas temos doze integrantes, e, como já foi levantado antes, esse é um debate nacional. Os Parlamentares desta legislatura — os novos, os que acabaram de entrar — nunca discutiram essa matéria. Nós temos, inclusive, um completo desbalanceamento de Estados. Muitos e muitos Estados não estão representados nessa Comissão. Ela tem doze Parlamentares, e quatro são de um único Estado. Então, a questão de ordem que o Deputado Kim Kataguiri apresentou aqui é muito relevante, porque o assunto tem que ser tratado numa Comissão Especial. Então, precisa ser criada uma Comissão Especial, com proporcionalidade partidária, e não é o que está correndo.

Então, primeiro eu gostaria de reiterar, com base no art. 33 do Regimento, a questão de ordem formulada anteriormente pelo Deputado Kim Kataguiri. Também gostaria de saber a resposta à nossa questão de ordem sobre a criação do grupo de trabalho, do qual somente doze Parlamentares participam, sendo quatro do mesmo Estado. Isso é completamente irregular, porque se trata de uma questão federativa.

Grupo de trabalho não tem previsão regimental — sabemos disso —, e um debate nacional, federativo, que precisa ser tratado publicamente, com audiências públicas, trazendo todos setores da sociedade, precisa ser feito à luz do dia, dentro das Comissões, com a proporcionalidade devida.

Este é meu pedido, Presidente. Eu vou economizar 1 minuto de V.Exa.

Muito obrigada.

Documento 3/41

15.2023 Sessão Ordinária - CD 07/03/2023-20:04
Publ.: DCD - 08/03/2023 - Kim Kataguiri-UNIÃO -SP
ORDEM DO DIA QUESTÃO DE ORDEM
DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre a reconsideração, pela Presidência, da avocação ao Plenário da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional; e sobre a reinstalação da respectiva Comissão Especial.

O SR. KIM KATAGIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Meu caríssimo Presidente, art. 52, § 6º, do RICD.

Meu pastor, meu querido Presidente, peço que V.Exa. recolha esta questão de



ordem, para que ela seja pacificamente muito bem decidida pelo nosso Presidente.

Nos termos do art. 52, § 6º, do Regimento Interno, o Presidente da Câmara poderá determinar o envio da proposição pendente de parecer ao Plenário, caso esgotado o prazo da Comissão Especial. Essa avocação pode se dar mediante requerimento de qualquer Deputado ou por decisão de ofício do próprio Presidente.

Na Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional, foi proferida decisão para avocar a matéria ao Plenário no dia 4 de maio de 2021, tendo em vista que, nessa data, já tinham sido realizadas 101 sessões desde a criação da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a proposição.

No entanto, Sr. Presidente, venho pela presente questão de ordem solicitar a V.Exa. a reconsideração dessa decisão, pelos fundamentos que eu passo a expor.

A decisão de avocação de determinada proposição tem duplo objetivo: um, primário, que diz respeito à razoável duração do processo legislativo, para que os Parlamentares, sobretudo aqueles que não integram o colegiado em que a proposição se encontra estagnada, tenham a oportunidade de se manifestar e participar do processo de deliberação da matéria; e um segundo objetivo, este de natureza indireta e de cunho sancionador, que se refere às consequências que a Comissão terá por não apreciar a proposição no prazo regimental.

Em outras palavras, ao se avocar determinada proposição — e aqui peço licença para adentrar as circunstâncias do caso concreto em análise, isto é, a PEC 45/19 —, a composição plenária da Câmara dos Deputados passa a ter a oportunidade de deliberar sobre aquela matéria, que trata de tema de relevantíssimo interesse nacional. Além disso, a avocação serve como verdadeira punição à Comissão, que se quedou inerte por mais de cem sessões desde a sua criação.

Entretanto, Sr. Presidente, na hipótese em análise, esses dois efeitos decorrentes da decisão de avocação não serão concretizados e, por outro lado, revelam consequências negativas e prejudiciais a nós Parlamentares. E isso se dá por uma circunstância determinante: a avocação se deu na legislatura passada.

Dessa forma, os Parlamentares desta legislatura, Sr. Presidente, não tiveram a oportunidade de sequer apresentar emendas à proposta, de modo que a consequência primária da avocação, oportunizar ao Plenário a análise da matéria, traz, na verdade, um efeito indesejado aos Deputados, sobretudo aqueles que não detinham mandato na última legislatura.

De igual modo, o efeito secundário e indireto da avocação, ou seja, a sanção



pela inércia da Comissão Especial, não se faz mais presente, tendo em vista que aquele colegiado se dissolveu com o término da legislatura.

A reconsideração da decisão que avocou a PEC 45/19, portanto, traria duas consequências imediatas: renovar, para a composição atual desta Câmara dos Deputados, o poder de apresentar emendas a essa matéria, que se apresenta como tema central e principal desta legislatura, não podendo ser afastado o direito basilar dos Deputados de exercerem com plenitude as atribuições constitucionais do mandato parlamentar, em especial propostas de emendamento ao texto constitucional; e, por fim, a recriação de um novo colegiado, destinado a debater a matéria, realizar audiências públicas, instruir um relatório e votar um parecer que sirva de base para a votação, em dois turnos neste Plenário, de um texto que passará a integrar a Constituição Federal, de importância ímpar para todos os brasileiros.

Porém, Sr. Presidente, a criação de um grupo de trabalho não substitui uma Comissão Especial, em virtude especialmente de o GT não ter a prerrogativa de aprovar parecer que fique vinculado à PEC 45/19 e outras regras regimentais aplicáveis às Comissões, como o princípio da proporcionalidade partidária, conforme decidido na Questão de Ordem nº 195, de 2012.

A criação de uma Comissão Especial, com todas as regras que dela derivam, terá o condão de permitir o emendamento da matéria pelos Deputados da atual legislatura e, ainda, concentrar o debate do assunto em um colegiado especializado, seguindo a proporcionalidade desta Casa. Por fim, terá como objetivo principal a deliberação de um parecer cujo texto apresentado será o ponto central da votação em plenário.

Para resumir, Sr. Presidente, a avocação em plenário da PEC da reforma tributária ocorreu na legislatura passada. Os Deputados desta legislatura não tiveram o direito nem de emendar a PEC, nem de participar do debate, e os partidos não tiveram o direito de indicar proporcionalmente os seus membros.

Ante o exposto, requeiro o deferimento desta questão de ordem para tornar sem efeito a decisão de avocação proferida no dia 4 de maio de 2021 no processado da PEC 45/19, e, por consequência, que seja criada Comissão Especial, nesta legislatura, destinada a proferir parecer à referida PEC.

Peço perdão pelo tempo utilizado para formular a questão de ordem, Sr. Presidente, mas se trata de questão relevante a este Plenário, e tenho certeza de que o Presidente a analisará com toda a parcimônia, com o auxílio do nosso Secretário-Geral da Mesa.



Sumário

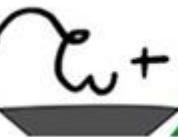
Participação do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em reunião da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo. Ações do governo petista para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Apresentação, pelo Poder Executivo, de projeto de lei acerca da igualdade salarial de gênero.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje participei, mais uma vez, da reunião da Frente do Empreendedorismo que recebeu nesta tarde o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que tratou de forma muito competente a importância de fortalecer os sindicatos nessa mediação entre o trabalho e o capital, entre aqueles que produzem e que trabalham. Foi um rico debate, com a participação das mulheres, que tratou inclusive da forma como devemos estimular a empregabilidade de qualidade para a força de trabalho feminino.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil tem uma pauta de urgência, uma pauta de geração de emprego, uma pauta de retomada do desenvolvimento, uma pauta que discute a necessidade de baixar os juros para atrair investimentos. O Presidente Lula amanhã, dia 8 de março, apresentará uma proposta para garantir aquilo que a Constituição preconiza como fundamento: salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres no Brasil.

Este Governo existe, este Governo trabalha. Eu imagino, portanto, que é difícil para uma Oposição que viveu a maior parte do tempo com um Presidente da República que passeava de *jet ski*, que fazia motociata, que não apresentava propostas a esta Casa, saber realmente o que se pode fazer diante de um Governo que trabalha dia e noite para colocar na pauta, no Orçamento da Nação, aquilo que é prioridade para o povo. Foi assim com o novo Bolsa Família. Foi assim com as bolsas das pesquisas, que há mais de 5 anos não tinham aumento. Foi assim também com a tabela do Imposto de Renda, que beneficiou os mais pobres, especialmente com uma pequena correção — mas que ainda vai crescer — de uma política de aumento continuado para o salário mínimo em nosso País. Isto interessa ao povo brasileiro. Quanto ao resto, gente, os cães ladram enquanto a caravana passa!

O Governo do Brasil e nós na Câmara dos Deputados temos a obrigação de debater aquilo que aflige a opinião pública, que aflige a população brasileira. Temos de dar a resposta a isso debatendo a reforma tributária, debatendo a medida provisória que vem a reonerar alguns dos impostos, mas principalmente temos de dar solução à crise de fome e de desemprego que o povo brasileiro passa, crise que foi colocada pelo ex-Governo de Jair



Bolsonaro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 5/41

17.2023

Sessão Ordinária - CD

08/03/2023-16:08

Publ.: DCD - 09/03/2023

Delegado Marcelo Freitas-UNIÃO -MG

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Estabelecimento de pauta feminina pela Casa. Realização da reforma tributária.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/UNIÃO - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorno a esta tribuna, inicialmente, para cumprimentar a mulher brasileira por este dia 8 de Março. Sem sombra de dúvida, em virtude das mulheres brasileiras, nós podemos acreditar numa sociedade cada vez mais justa e igualitária. Então, aproveito esta ocasião para parabenizar todas as mulheres do nosso País, garantindo a essas mulheres que a pauta deste mês de março certamente tenha como temas prioritários a inclusão da mulher em nossa sociedade brasileira.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de chamar a atenção desta Casa do Povo para a necessária reforma tributária, não menos relevante. Nós temos um grupo de trabalho em andamento nesta Casa que apresentou como marco final o mês de maio de 2023 para que nós possamos votar no Plenário desta Casa a reforma tributária.

A reforma tributária é essencial. Desde 1988, nós tivemos nos três níveis da Federação, Municípios, Estados e União, a edição — pasmem! — de 5,8 milhões de leis, cuja imensa maioria são normas tributárias.

Então, após muito pensar, meditar, cheguei à seguinte conclusão: qualquer reforma tributária é melhor do que nenhuma reforma tributária desde que atenda a dois pilares essenciais. O primeiro pilar é que a reforma tributária entrega à sociedade brasileira simplificação tributária. O segundo pilar essencial defendido pelo União Brasil, sem o qual nenhuma proposta terá o nosso apoio neste Parlamento: que não se aumente a carga de impostos em nosso País; que a população brasileira não se veja, mais uma vez, sobrecarregada com mais impostos.



Superados esses dois pilares essenciais, não temos dúvida alguma de que entregaremos à sociedade brasileira uma proposta de reforma tributária que vai atender aos anseios de nossa população; que vai permitir a geração de emprego e renda; que vai permitir, sem sombra de dúvidas, que benefícios sociais sejam mantidos e que a população possa acreditar em seu lugar ao sol, acreditar na referência do valor do trabalho.

Nós temos várias propostas em andamento, e o grupo de trabalho, com certeza, saberá unificar aquelas que estão em andamento no Senado e na Câmara dos Deputados para encontrarmos um produto que seja de fato aceitável à sociedade brasileira.

Obrigado, Presidente.

Eu peço que o nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 6/41

22.2023	Sessão Ordinária - CD	14/03/2023-15:20
Publ.: DCD - 15/03/2023	Zé Neto-PT -BA	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no fim da manhã, nós tivemos uma reunião muito importante da Frente do Empreendedorismo, da qual faço parte há 4 anos e agora sou um dos coordenadores, como Secretário da Frente. Contamos com a presença marcante do nosso querido colega Deputado do PT, ex-Líder da bancada, Reginaldo Lopes, que preside o Grupo de Trabalho da reforma tributária, que está tratando deste importante tema, que deve ser o tema central dos debates nesta Casa neste semestre.

Digo a V.Exa. que Reginaldo foi, sem nenhuma dúvida, brilhante, porque tratou o tema da reforma tributária como um tema de Estado e lembrou o que alguns aqui às vezes esquecem.

Essa reforma está aqui há algum tempo. As PECs 110 e 45, que estão sendo as duas importantes ferramentas para se chegar a um texto final, são do

Parlamento; são construídas, Deputado Solla, aqui no Parlamento.

E nós temos que fazer com que este Parlamento compreenda a dimensão de construir uma reforma tributária que seja mais justa, que seja mais solidária, que ajude o setor produtivo; uma reforma tributária que faça o que o mundo já fez, o que os países modernos e mais ricos já fizeram; uma reforma com progressividade, para que possamos enxergar um horizonte no qual quem ganha mais pague mais, e o alimento seja menos onerado com impostos.

O imposto indireto não pode ser maior do que o imposto direto. Nós estamos olhando agora para os Estados Unidos, onde 57% do que se arrecada são imposto direto; apenas 18% são imposto indireto.

E essa é uma tarefa, Sr. Presidente, que esta Casa tem que abraçar, porque este é o momento e esta é a quadra histórica na qual podemos construir uma reforma tributária que realmente dê ao Brasil mais justiça social e mais produtividade para o setor produtivo.

Documento 7/41

22.2023	Sessão Ordinária - CD	14/03/2023-15:36
Publ.: DCD - 15/03/2023 -	Ana Paula Lima-PT -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

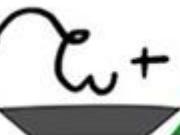
Sumário

Elogio ao Presidente em exercício dos trabalhos pela condução da sessão plenária. Realização da reforma tributária. Repúdio a discurso proferido por Deputado contra o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Deputado, eu já falei a V.Exa., algumas vezes, sobre a forma respeitosa com que tem conduzido os trabalhos na Presidência desta Casa. É gentil oportunizando a palavra a todos e a todas.

Sabemos que o sucesso causa mais inveja do que admiração. E o Governo do Presidente Lula, através do Ministro Fernando Haddad, tem dado *show*, é um sucesso, principalmente pelo respeito, pelo diálogo e pelo debate que há 3 décadas vem sendo feito nesta Casa, e não foi concluído, que é a reforma tributária. A reforma tributária vai dar certo porque está havendo o diálogo de todos os Parlamentares com os Governadores, com os Prefeitos, com os empresários, com o movimento social. Eu certeza de que é isso o que nós



queremos para o nosso Brasil.

Mas, Sr. Presidente, como disse, o sucesso causa mais inveja do que admiração. E houve um Parlamentar que, de forma muito desrespeitosa, falou do Ministro da Fazenda Fernando Haddad. Eu o convidou a fazer uma agenda lá para entender esse processo da reforma tributária.

Muito obrigada.

Documento 8/41

22.2023	Sessão Ordinária - CD	14/03/2023-21:12
Publ.: DCD - 15/03/2023 -	Bohn Gass-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

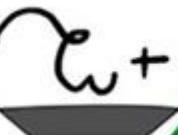
Contrariedade à criação de CPMI para investigação de atos de vandalismo praticados contra as sedes dos Poderes da República. Adoção, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do lema Brasil: União e Reconstrução como norte do seu governo.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, é uma satisfação vê-lo na Mesa mais uma vez.

Saúdo os colegas Deputados.

Qual é a pauta que os bolsonaristas têm nesta Casa para o Brasil? É o combate à fome? Não é, até porque os bolsonaristas foram os responsáveis por recolocar o Brasil no Mapa da Fome. É a pauta da educação, para que os jovens possam acessar a universidade? Também não é. Nós já reajustamos o piso das bolsas, que eles não reajustaram para os nossos estudantes. É o tema da vacina? Não, essa não é a pauta dos bolsonaristas, porque eles deixaram o Brasil sem vacina, e com gente morrendo. É a pauta das obras paralisadas? Também não, porque eles deixaram milhares de obras paralisadas. A pauta dos bolsonaristas, então, seriam as joias? E não me refiro aos presentes, mas às propinas. Também não é essa a pauta, porque eles gostam de rachadinhas.

A pauta deles, povo brasileiro, é o escândalo que provocaram no dia 8 de janeiro. Até uma CPI querem fazer sobre aquele escândalo. Mas já está claro. Os órgãos do Governo brasileiro, as instituições brasileiras estão responsabilizando quem patrocinou aquele vandalismo da extrema direita: quebra-obra e destruição das estruturas do STF, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, inclusive de obras de valor cultural e histórico. Esse foi o



resultado da quebra de rede provocada por eles. É isso o que eles querem averiguar? Não. Calma. A investigação vai chegar, inclusive, ao comandante dessas ações, ao principal responsável, àquele que teve que fugir do País: Bolsonaro.

A pauta deles é essa, porque eles não têm nada a dizer para o Brasil.

Agora, vamos à pauta do Lula, que adotou o seguinte lema: "*Brasil: União e Reconstrução*". "União" porque não aguentamos mais o ódio e a violência que eles protagonizam. E "reconstrução", que significa — reportando-me a Paulo Freire —, no processo de construção, reconstruirmos um país destruído. E é por isso que já estamos com tantos anúncios na área da educação; na área do Minha Casa, Minha Vida; na área da saúde — para acabar com as filas de cirurgias eletivas. Também anunciamos recursos para hospitais, reajuste do salário mínimo acima da inflação, ou seja, há um conjunto de medidas, inclusive denunciando os altos juros e trabalhando para que possamos voltar a ter uma boa economia. Para isso, será necessária uma reforma tributária que nos permita crescer distribuindo renda.

Para concluir, Presidente, espero que o Brasil possa voltar não só a ter um povo sem fome, com dignidade e educação, mas também voltar a ser respeitado internacionalmente. Digo isso porque o bolsonarismo fez envergonhar o Brasil. E o Lula passa a ser essa grande referência para o povo brasileiro e internacionalmente.

Então, esta é a pauta do Brasil, esta é a pauta do Lula, esta é a pauta do povo: união e reconstrução.

Obrigado, Presidente.

Documento 9/41

22.2023

Sessão Ordinária - CD

14/03/2023-14:24

Publ.: DCD - 15/03/2023

Charles Fernandes-PSD -BA

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Eleição da nova Diretoria-Executiva da União dos Municípios da Bahia - UPB. Recondição do Prefeito Municipal de Iuiú, Reinaldo Góes, à Presidência do Consórcio Interfederativo de Saúde do Alto Sertão. Compromisso do orador com a pauta municipalista.



O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, é um prazer falar mais uma vez sob a Presidência de V.Exa.

Quero relatar que em Salvador, no dia de ontem, aconteceu a eleição da nova UPB, e tomou posse o Presidente Quinho, da cidade de Belo Campo. Foi uma solenidade bastante concorrida, que contou com a presença do nosso Governador Jerônimo Rodrigues, do Senador Otto Alencar, de diversos Deputados Estaduais, Deputados Federais, Prefeitos de todo o Estado da Bahia, mostrando a força e a representatividade desta destacada instituição que é a UPB, entidade municipalista que defende, de forma firme, combativa, os interesses dos Municípios baianos.

Quero, particularmente, parabenizar o Prefeito Reinaldo Góes, da cidade de Iuiu, próxima à minha cidade de Guanambi. É um Prefeito que foi reeleito também Presidente do Consórcio Interfederativo de Saúde do Alto Sertão. Agora, muito bem representa o Sertão produtivo na UPB, com sua destacada atuação municipalista. Como ex-Prefeito, também fundador do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Alto Sertão.

Reafirmo o apoio e compromisso do nosso mandato com a pauta dos Municípios da Bahia. É preciso fortalecer cada vez mais, no âmbito da reforma tributária, na mudança do pacto federativo, os Municípios, que é onde o cidadão vive, onde as pessoas buscam, no dia a dia, as escolas, os postos de saúde, as entidades que ali as representam. As demandas mais próximas, Sr. Presidente, são feitas nas Prefeituras, procuradas pelo povo diariamente.

Quero, aqui, parabenizar o nosso destacado, competente e dedicado Prefeito da cidade de Iuiu. Em seu nome, quero parabenizar e desejar sorte a todos os integrantes que vão comandar a UPB, entidade importante para os Municípios da Bahia, pelos próximos 2 anos.

Essa entidade foi fortalecida com o então Governador Rui Costa, hoje Ministro da Casa Civil. S.Exa. fortaleceu muitos Municípios baianos através da nossa UPB. Agora, é claro, o nosso Governador Jerônimo vai dar toda autonomia, vai dar toda assistência aos Municípios baianos através da nossa UPB.

Portanto, Reinaldo Góes, transmita a todos os integrantes que vão conduzir a nossa UPB pelos próximos 2 anos os meus parabéns.

Peço a V.Exa., nobre Presidente, a divulgação de minha fala em todos os meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



24.2023

Publ.: DCD - 16/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

15/03/2023-14:48

Guilherme Boulos-PSOL -SP

BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de realização de reforma tributária com ênfase na justiça social.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu queria perguntar se alguém já imaginou um país onde quem ganha 6 mil reais por mês paga o mesmo imposto de quem ganha 600 mil reais por mês; um país onde quem recebe, por distribuição de dividendos e lucros, 1 bilhão de reais, como aqueles acionistas que faliaram as Americanas, e não paga nada de imposto; um país onde uma professora ou um pequeno comerciante pagam 27,5% de imposto. Esse país é o Brasil, onde nós temos um dos sistemas tributários mais injustos do planeta.

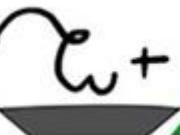
E, agora, quando o debate da reforma tributária vai entrar aqui neste Congresso Nacional, é fundamental que nós discutamos justiça tributária. Fazer o IVA, simplificar o sistema tributário é correto, mas não basta. Nós temos que corrigir as profundas distorções do nosso sistema.

Dizem que a Esquerda gosta muito da Venezuela, de Cuba, da China. Eu quero falar aqui dos Estados Unidos e da OCDE.

Nos Estados Unidos, o imposto sobre renda e patrimônio, que é aquele que permite maior justiça tributária, faz com que os mais ricos paguem mais, é 60% da carga tributária; no Brasil é 24%. Nos Estados Unidos, o imposto sobre consumo, que é aquele mais desigual, que tributa o consumo, a produção, o arroz, o feijão, é de apenas 17%; no Brasil, ele é 50% da nossa carga tributária; e, na OCDE, a média dele é de 32%. Isso gera uma distorção profunda, porque aqui, no nosso País, 23% da carga tributária vêm dos 10% mais pobres e apenas 8% da carga tributária, dos 10% mais ricos. Isso precisa mudar imediatamente.

A maior caricatura disso, Sr. Presidente, é o IPVA. Quem tem um carro velho paga IPVA. Se não pagar, o carro vai para o pátio. Quem tem um jatinho, um helicóptero, um iate não paga 1 real de IPVA neste País — um *jet ski*. Este debate é urgente.

Nós temos aqui já feito, elaborado por vários especialistas e coordenado pelo Sr. Eduardo Fagnani, o projeto de reforma tributária justa e solidária que prevê essa progressividade, essa justiça tributária; que prevê, por exemplo, tributação



sobre lucros e dividendos, como ocorre na maior parte dos países; que prevê IPVA para jatinho, iate; que prevê faixa de Imposto de Renda maior para os super-ricos. Ninguém quer aumentar a carga tributária. O que queremos é que a classe média e os mais pobres, que já pagam muito, paguem menos, e que os super-ricos, que têm muito, começem a pagar, porque o Capão Redondo não pode mais ficar financiando os lucros da Faria Lima, os luxos da Faria Lima.

É isso.

Obrigado, Presidente.

Documento 11/41

24.2023	Sessão Ordinária - CD	15/03/2023-00:00
Publ.: DCD - 16/03/2023 -	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
	ENCERRAMENTO	OUTROS
		DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização da reforma tributária. Realização de audiências públicas pelo grupo de trabalho destinado ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, acerca da alteração do Sistema Tributário Nacional.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que considere como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A reconstrução do Brasil passa, necessariamente, pela reforma tributária. Essa discussão se arrasta há mais de 20 anos, e agora o Poder Legislativo está “maduro” para aprovar o projeto.

A simplificação dos tributos vai facilitar a vida do pequeno, do médio e do grande empresário, bem como dos contribuintes, e o Governo Federal vai poder arrecadar mais e reduzir fraudes. A



reforma tributária vai possibilitar uma melhor e mais justa distribuição entre os Municípios, com mais recursos para investirem em benefícios para sua população.

Um dos objetivos de uma reforma tributária é o de tornar o sistema mais progressivo, garantindo que aqueles com maior capacidade contributiva paguem proporcionalmente mais impostos e que os recursos sejam melhor distribuídos. Isso pode auxiliar no combate à desigualdade social, melhorando a distribuição de renda no País. Assim, ela é especialmente importante para a classe trabalhadora e populações vulneráveis. A reforma é necessária para colocar o pobre no orçamento, e o rico, no imposto, para fazer justiça fiscal e social ao mesmo tempo.

A ideia do Presidente Lula, como dito durante a campanha eleitoral, é a simplificação dos tributos e a promoção da justiça social, a diminuição do peso dos impostos sobre o consumo e o aumento do peso sobre a renda, uma tarefa desafiadora, porém necessária, do ponto de vista da justiça social.

O Presidente Lula já provou sua capacidade de articulação, conseguiu votos de partidos que não eram aliados na disputa eleitoral para a aprovação da PEC da Transição, que ocorreu antes mesmo da posse presidencial, e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está aberto e tem dialogado inclusive com Parlamentares da Oposição. Nós nos reunimos para tratar da implementação do IVA, um imposto que simplifica e dá transparência ao sistema tributário brasileiro. A implementação do IVA vai gerar crescimento de 12% no PIB em 15 anos, algo em torno de R\$ 1,2 trilhão.

O modelo tributário do IVA já é adotado em mais de 170 países e



vai tornar a tributação mais justa. Os mais pobres pagarão menos impostos e vão receber o “cashback do povo”, a devolução que pode beneficiar mais de 72 milhões de brasileiros.

Esta semana o grupo de trabalho da reforma tributária realizou duas audiências públicas para tratar do diagnóstico do atual sistema e para conhecer as melhores práticas internacionais. O Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, foi um dos convidados do debate.

A reforma tributária é a oportunidade de uma mudança estrutural, para avançarmos na justiça social, a razão da existência do Partido dos Trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

Documento 12/41

25.2023	Sessão Ordinária - CD	16/03/2023-13:28
Publ.: DCD - 17/03/2023 -	Emanuel Pinheiro Neto-MDB -MT	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Entraves impostos pelo teto de gastos públicos ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Elevação dos recursos orçamentários destinados à merenda escolar. Liberação, pelo Ministério da Saúde, de recursos para a realização de cirurgias de média e alta complexidade. Retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida. Relevância do Programa Desenrola, destinado à renegociação de dívidas de pessoas físicas. Necessidade de redução da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil. Concessão de aumento real ao salário mínimo. Retomada de obras públicas inacabadas na área de infraestrutura de transportes. Necessidade de planejamento estratégico de produção nacional de insumos. Discussão do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com a direção do Banco Central sobre o estabelecimento de déficit primário inferior a 1% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 2023. Realização da reforma tributária.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/MDB - MT. Como Líder. Sem



revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Venho aqui hoje, após encerrada a Ordem do Dia, fazer algumas considerações do início de Governo do Presidente Lula, em que o objetivo principal e o espírito do Governo...

Presidente, só para corrigir, porque o tempo é de Liderança do Governo, de 8 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - O tempo é de Liderança.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/MDB - MT) - Só peço para a Mesa corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - A Mesa, por favor.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/MDB - MT) - Obrigado, Sr. Presidente.

O espírito do Governo é justamente o de enfrentar os problemas reais que a sociedade brasileira tem que enfrentar todos os dias, especialmente as famílias mais humildes, nos rincões do Brasil, que sofrem com falta de habitação, que têm que morar de aluguel, que têm dificuldade com a merenda escolar, que está com os seus nutrientes deficitários, em contradição com aquilo que recomendam inúmeras instituições nutricionais dentro da educação pública do Brasil.

Nós temos uma economia que já há alguns anos, a partir da lógica fiscalista do teto de gastos, tem provocado o entrave do desenvolvimento econômico, que, tendo como pressuposto o crescimento econômico, inviabiliza a redução da relação dívida/PIB do Governo Federal e prejudica a criação e a geração de empregos. Além disso, nós também não temos o desenvolvimento da distribuição de renda, que é tão cara para o nosso País, um país tão heterogêneo e tão desigual quanto o Estado brasileiro.

Temos aqui alguns exemplos, Sr. Presidente, das ações concretas efetivadas pelo Presidente Lula, pelo Governo, nesses menos de 3 meses, que vão ao encontro desses dramas que as famílias brasileiras enfrentam. Por exemplo, a merenda escolar desde 2017 não é reajustada. Ela foi reajustada em 40%, garantindo que inúmeros alunos das escolas públicas de todo o Brasil deixassem de se alimentar somente com biscoito para ter uma refeição balanceada. Muita gente não sabe que é somente na escola, na escola pública, que inúmeros alunos brasileiros têm a sua única refeição completa do dia. E, desde 2017, por causa do teto de gastos, quando se congelou o aumento de investimento em saúde e educação e se permitiu o crescimento da despesa com rolagem da dívida, com o serviço da dívida pública, nós estamos perdendo a



oportunidade de crescimento do Brasil. No último ano de Governo do Presidente Lula, em 2010, houve o crescimento de 7,5% do PIB. A gente não vem crescendo a mais de 2%.

Tudo isso tem toda uma correlação de políticas públicas, que foram enfraquecidas nos últimos 6 anos, o que está estourando nas famílias brasileiras mais simples e mais humildes. Outro exemplo, Sr. Presidente, são os 600 milhões de reais que o Ministério da Saúde libera para cirurgias de média e alta complexidade, que ficaram concentradas em virtude da pandemia. Cito também a volta do Minha Casa, Minha Vida, num país que tem um déficit de 7 milhões de moradias para famílias brasileiras, um programa que movimenta o mercado imobiliário, um programa que fomenta a construção civil e fomenta de forma rápida, imediata, a geração de empregos, Sr. Presidente.

Nós temos um dos motores da economia brasileira, e de qualquer economia capitalista global, que é o consumo, sendo restrito, porque há mais de 70 milhões de cidadãos brasileiros, pessoas físicas, com o nome restrito no SPC. Há mais de 60 milhões de empresas com restrições de acesso a financiamento e uma taxa de juros que não corresponde à inflação que o Brasil apresenta no cenário atual.

Nós precisamos corrigir esses setores, e o Presidente Lula tem a sua visão e os programas para que nós possamos sair dessa encruzilhada, como o Programa Desenrola, para renegociação das dívidas de pessoas físicas, e como a conversa com o Banco Central, para que nós possamos reduzir a taxa de juros. Entendemos que, sem uma taxa de juros no patamar correto, não há possibilidade de financiamento das empresas nem de acesso das pessoas privadas a um crédito barato, compatível com o desenvolvimento da economia.

Depois de muitos e muitos anos, depois de 4 anos, Sr. Presidente, tivemos aumento real do salário mínimo — não só aumento nominal —, tivemos uma valorização real acima da inflação, que corrói o poder de compra das famílias brasileiras.

Temos um programa que o Ministro Renan Filho, juntamente com o Presidente Lula, com o Governo Federal, deve apresentar nas próximas semanas sobre a infraestrutura brasileira. Segundo o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados, são mais de 40 mil obras paradas em todo o Brasil. Precisamos de planejamento para retomar essas obras e, além disso, verificar a infraestrutura brasileira no que tange a rodovias, ferrovias e hidrovias. Precisamos de planejamento estratégico de produção nacional de insumos para que, toda vez que o PIB do Brasil crescer 1,5% ou 2%, nós não tenhamos que importar mais insumos, e o câmbio dispare. Com o câmbio disparado, temos miragem de inflação, novamente impactada pelo câmbio desvalorizado, que naturalmente contamina os preços. Nós importamos trigo, que é o que utilizamos para fazer o pão, para fazer a pizza. O real desvalorizado em relação ao dólar naturalmente acarreta miragem de inflação para a sociedade brasileira.



Então, os problemas reais que esta Nação enfrenta é que estão sendo discutidos pelo Governo: problemas de habitação popular, de moradia popular, de merenda escolar, de valorização do salário mínimo de acordo com os critérios de ganho de produtividade da economia brasileira. Nós sabemos que sem isso não temos como crescer. Vamos ficar travados, estagnados por muitas e muitas décadas, o que não queremos. Nós queremos retornar ao período entre os anos 30 e os anos 80, antes da crise da dívida externa, quando o Brasil chegou a crescer em alguns anos 10%, 11%, e recompôs a sua base industrial. Houve um programa de cuidado com a produção nacional, para que as empresas brasileiras mais incipientes, iniciais, fossem protegidas em relação ao capital fortíssimo, já desenvolvido e maduro, que vem do estrangeiro, que vem do exterior. Sem essa atenção com a realidade nacional, nós não vamos ter desenvolvimento social, não vamos ter crescimento econômico e não vamos ter qualidade de vida para o povo brasileiro.

E é justamente nesse sentido que o Ministro Fernando Haddad vem dialogando com o Banco Central, para que se possa estabelecer, neste ano, um déficit primário de menos 1% do PIB, que vai corresponder a 85 bilhões ou 90 bilhões de reais, para que haja possibilidade de redução dos juros. Os juros nesse patamar em que hoje se encontram inviabilizam o desenvolvimento da economia brasileira. O setor do agronegócio, o setor de serviços e especialmente o setor industrial, que sabemos que são os pilares da economia brasileira, precisam de planejamento estratégico.

Neste Governo, Sr. Presidente, vamos ter a entrega da reforma tributária, que há muito tempo vem sendo prometida. Ela promete simplificação para os cidadãos empresários brasileiros. Os projetos vão aumentar o limite de faturamento do microempreendedor individual. Que neste conjunto de ações nós entreguemos, ao final de 4 anos, um Brasil mais desenvolvido, mais próspero, com menos pobreza, com mais alegria, mais qualidade de vida e mais dignidade para as famílias brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 13/41

25.2023

Sessão Ordinária - CD

16/03/2023-10:12

Publ.: DCD - 17/03/2023

Luiz Couto-PT -PB

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Realização da reforma tributária. Homenagem póstuma ao Arcebispo Emérito do Estado da Paraíba, Dom José Maria Pires. Indignação com pronunciamentos desrespeitosos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esclarecimento sobre o conceito de direitos humanos.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vou fazer dois pronunciamentos. O primeiro é sobre a reforma tributária.

É importante que haja essa reforma para que tenhamos recursos para acabar com a miséria, com a fome e com desemprego em nosso País; para que os pobres, que estão pagando mais, paguem menos impostos; para que aqueles que têm dividendos, bem como os ricos paguem mais impostos. Assim, faremos com que o nosso País seja um país que respeita a dignidade do ser humano.

O outro, Sr. Presidente, é sobre o dia 15 de março, dia em que Dom José Maria Pires nasceu. Ontem, não tive a oportunidade de falar sobre isso.

Quero registrar que essa figura saiu de Minas Gerais e foi para a Paraíba, como Arcebispo. Foi um homem de fé e de resistência, um homem que lutou em favor dos pobres, dos oprimidos e dos esmagados. Na realidade, esse homem hoje está com Deus, com certeza, lugar onde todos aqueles que agem ou que, como diz a Bíblia, cumpriram a sua missão, que guardaram a fé e que guardaram a dignidade, hoje, recebem a coroa da justiça, que é dada a todos aqueles que praticam o bem e amam o seu próximo.

Nesse sentido, Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. que esses dois pronunciamentos fossem dado como lidos neste momento.

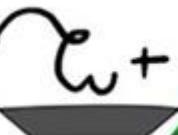
Eu queria aproveitar o tempo que me resta para dizer que existe um ditado que diz o seguinte: "*Quem disso usa, disso cuida!*"! As pessoas deveriam pensar antes de dizer algo que não corresponde à realidade, porque isso é desrespeitar o ser humano, é desrespeitar a dignidade do ser humano. Nós precisamos começar a tratar as pessoas com respeito. Não dá para tratar o Presidente da República do jeito que estão tratando. É preciso ter respeito, porque disso cuida quem disso usa.

Infelizmente, era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - O tempo de V.Exa. foi prorrogado. V.Exa. pode continuar.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT - PB) - Então, vamos lá!

Outro assunto que eu gostaria de tratar, neste momento, é sobre a questão dos



direitos humanos.

Muita gente, quando fala de direitos humanos, afirma que os direitos humanos dão sustentação aos bandidos. Isso não é verdade. Os direitos humanos dão direito a todos. E, se alguém não respeita os direitos humanos, é contra eles.

Por isso, é importante perceber que o ser humano é criado por Deus, tem que ser respeitado, valorizado e amado. É este amor que Deus nos dá que exige que também nos amemos uns aos outros.

Neste sentido, gostaria de parabenizar V.Exa. Posso dizer que V.Exa. é aquele que guardou a sua dignidade, guarda a sua fé, e com certeza terá a coroa da justiça.

Documento 14/41

25.2023

Sessão Ordinária - CD 16/03/2023-13:04

Publ.: DCD - 17/03/2023 -

Chris Tonietto-PL -RJ

ORDEM DO DIA

QUESTÃO DE ORDEM
DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre a não participação de membro do PL no grupo de trabalho da reforma tributária. Associação à questão de ordem suscitada pela Deputada Adriana Ventura a respeito do tema.

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Apenas quero corroborar as palavras da questão de ordem da nobre Deputada Adriana Ventura. Em relação ao Grupo de Trabalho, nós sabemos que é informal, só que, quando chega aqui neste plenário, vem com certa força por ele referendada.

O nosso partido, o PL, por exemplo, que é um partido de maior bancada aqui, não tem um representante neste grupo de trabalho. Então, são temáticas importantes para debate, e, de fato, não conseguimos ter oportunidade de fazer um debate profícuo, sendo que é um grupo de trabalho que não está dentro da Comissão.

Eu queria apenas acompanhar a nobre Deputada e agradecer S.Exa. a questão de ordem.

Documento 15/41

25.2023

Publ.: DCD - 17/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Adriana Ventura-NOVO -SP

ORDEM DO DIA

16/03/2023-13:08

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Necessidade de discussão da reforma tributária pela Câmara dos Deputados. Posicionamento da oradora sobre a criação de grupo de trabalho para exame de propostas relativas ao tema. Criação da Frente Parlamentar da Saúde Digital. Leniência do governo petista com a invasão de propriedades rurais produtivas. Defesa de investigação de atos antidemocráticos praticados contra as sedes dos Poderes da República. Natureza populista da declaração do Ministro de Portos e Aeroportos sobre a gratuidade de passagens aéreas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Meus caros colegas, tenho vários assuntos. Primeiro, eu queria só fazer alguns esclarecimentos em relação ao GT da reforma tributária, sobre a qual o nobre do Deputado Newton fez as suas colocações, que eu entendo e respeito. Mas quero só deixar claro que nesta legislatura não se debateu a reforma tributária. A reforma tributária, seja PEC 45, a PEC 110 ou a mistura das duas, foi feita em 2019 e 2020. Em 2021, o Grupo de Trabalho foi extinto, e agora retornou. Portanto, na nova legislatura não se debateu.

Realmente, há audiências públicas, terças-feiras e quartas-feiras, e vá lá quem quiser. Sabemos que o tema é extremamente complexo — reforma tributária e sistema tributário — e são poucos os Parlamentares que realmente têm conhecimento. Inclusive, não é minha especialidade. O ex-Deputado Alexis, da bancada do NOVO tem esse *know-how* aprofundado. Mas o fato é que é preciso haver debates, e, na minha visão na visão regimental, grupo de trabalho para reforma tributária não se aplica.

Repto, eu respeito o Deputado. E eu estive lá inclusive esta semana, estive na audiência. Mas esse debate tem que ser feito em profundidade. Eu fiz minha questão de ordem, sim, mas eu não sou contrária nem à discussão, nem às audiências públicas e nem aos Deputados que compõem o GT. Inclusive, há bons Deputados ali. Mas a questão é a forma, é a questão do processo legislativo. Então, eu só quis registrar novamente.

Dito isso, hoje é um dia muito feliz, porque hoje protocolamos a Frente Parlamentar da Saúde Digital. É uma Frente que vai continuar o trabalho da Frente Parlamentar da Telessaúde, com mais de 200 Deputados e vários Senadores. Todos estarão concentrados no debate da saúde digital. Ali vamos discutir como dar eficiência ao SUS, como melhorar a saúde e o acesso à saúde aos brasileiros. Como fazer com que a telessaúde realmente avance em todos



os Estados, em todos os locais do País. Isso é muito importante.

Inclusive, eu gostaria de convidar a todos para participar, na semana que vem, da assembleia que faremos para escolha de diretoria, quando definiremos os eixos temáticos que terão prioridade, como o prontuário eletrônico, como a interoperabilidade. Estão todos convidados. Aguardem o *e-mail* que será enviado sobre essa assembleia na semana que vem.

E também venho falar aqui Presidente, de maneira muito breve, porque é muito interessante o ambiente democrático para debatermos. Existem coisas que realmente me incomodam no novo Governo. Eu já falei aqui das invasões de propriedades privadas. E essas invasões ocorrem porque há, no mínimo, leniência ou omissão do Governo. É inadmissível que terras produtivas sejam invadidas, qualquer invasão de terra é um absurdo. É crime. E eu quero saber quais são as medidas. E continuam invadindo.

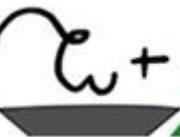
Então, eu acho um pouco fora de contexto ficar fazendo discurso de democracia, porque mais antidemocrático e anticonstitucional é invasão de terra. É um absurdo invasão de terra. Então, não podemos ser lenientes com isso.

Presidente, outra coisa que também quero chamar à atenção são os atos de vandalismo do dia 8 de janeiro. Eles são vergonhosos e precisam ser punidos, doa a quem doer, não interessa se é de um lado ou de outro. A questão aqui é transparência. Eu não curto CPI que foi feita para dar palanque para um, palanque para outro. Eu sempre sou bem reticente.

Mas uma coisa é fato: não estamos só discutindo o ato ou palanque de alguém. Estamos discutindo atos omissos. Sim, temos informações de GSI, de informação de leniência, de omissão de autoridades, e isso precisa ser investigado. Temos também a questão do sigilo das câmeras. Cadê essas câmeras? Por que estão pedindo sigilo de câmera? Transparência todo mundo tem que querer. Seja para punir lado A, lado B, lado C, nós precisamos de transparência, verdade.

Agora, quando vemos pessoas irem contra a verdade, contra a publicação das imagens de câmera, realmente ficamos preocupados: do que as pessoas têm medo? O que elas estão escondendo?

E o meu último comentário aqui é em relação ao Ministro de Portos e Aeroportos. Eu fico realmente preocupada quando começam a voltar esses discursos populistas: "*Vamos dar passagem aérea de 200 reais para vários servidores, vários aposentados*". Que populismo é esse? Primeiro, quem ganha 6.800 reais faz parte dos 10% mais ricos da população. Então, se você está tirando dos pobres, porque alguém paga essa conta. Quem paga não é a empresa. Quem paga? Aumenta-se o preço das passagens, e os outros vão pagar. Então, eu fico incomodada com algumas atitudes populistas.



Obrigada, Presidente.

Documento 16/41

25.2023

Publ.: DCD - 17/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

16/03/2023-13:04

Newton Cardoso Jr-MDB -MG

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Justiça pela recondução ao cargo do Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Esclarecimento ao Plenário sobre a participação dos partidos e a divulgação do texto elaborado pelo grupo de trabalho da reforma tributária.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas corroborar o apoio do nosso partido a todas as matérias que foram votadas hoje e muito bem conduzidas por V.Exa.

Da mesma forma, quero fazer um agradecimento à Justiça que reconhecidamente determinou a volta hoje do nosso Governador Ibaneis ao cargo. Desejo a ele um profícuo mandato, mandato este devolvido justamente pelas razões esclarecidas.

Como membro do GT, é importante que o Plenário tenha conhecimento do que se trata o trabalho do próprio GT nesse momento. Nós tivemos 2 anos nesta Casa para tratar da reforma tributária: o ano de 2021 e o ano de 2022. O Congresso Nacional, por meio do Senado e da Câmara, discutiram amplamente e de forma muito transparente dois textos. Um deles é a PEC 45, de autoria do Deputado Baleia Rossi, do nosso partido MDB, nosso Presidente Nacional; o outro é a PEC 110, do Senado, de condução do Senador Roberto Rocha.

Presidente, houve tempo mais do que suficiente para participação, respeitando a proporcionalidade. O texto foi produzido, divulgado e é de conhecimento de todos. Inclusive, essa semana, durante algumas apresentações que ouvimos no GT da reforma tributária, o ilustre ex-Deputado Alexis Fonteyne, do NOVO, teve a oportunidade de demonstrar o apoio dele.

Respeitosamente, a nossa querida Deputada do NOVO traz sua posição contrária. Eu entendo a posição e a vontade dela. Porém, a participação está mais do que garantida, Presidente.

E não é só isso, o esclarecimento que me cabe trazer é que estamos ampliando

a oportunidade de discussão do tema em virtude de dois fatores. Primeiro, a transição que houve de um Governo para outro. É necessário que haja correções, adaptações, e esses procedimentos se fazem de forma célere através do grupo de trabalho. E é esse grupo de trabalho que está tendo condição de conduzir o texto, de conduzir as discussões de forma ampla e transparente. Estamos lá, todas as terças e quartas-feiras nos reunindo, e não há restrição de participação.

Apenas queria fazer esse esclarecimento e dizer que o trabalho vem sendo muito profícuo e executado de forma muito qualificada.

Para encerrar, vamos trazer a discussão para este Plenário justamente para que todos possam ter a oportunidade de votar, sem qualquer restrição, sem qualquer comprometimento de participação das bancadas.

Documento 17/41

25.2023 Sessão Ordinária - CD 16/03/2023-13:00
Publ.: DCD - 17/03/2023 - Adriana Ventura-NOVO -SP
ORDEM DO DIA QUESTÃO DE ORDEM
DISCURSO

Sumário

Questão de ordem sobre a deliberação, pela Presidência, da Questão de Ordem nº 5, de 2023, a respeito da criação do grupo de trabalho da reforma tributária. Questão de ordem sobre a criação de grupo de trabalho para debate de alternativas digitais de tributação e desburocratização.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

A minha questão de ordem se baseia no art. 33, que fala sobre Comissões Especiais.

Causou-me estranheza hoje ver novamente outro Grupo de Trabalho ser criado para analisar e debater alternativas digitais de tributação e desburocratização.

E eu tenho pendente a Questão de Ordem nº 5, de 2023, que trata justamente do Grupo de Trabalho Da reforma tributária, em que eu questionava como um assunto tão importante, um tema tão relevante, de interesse nacional, federativo, está sendo discutido num grupo de trabalho composto por 12 membros, que não tem previsão regimental e não segue a proporcionalidade.

E este outro Grupo de Trabalho da Casa vai falar sobre alternativas digitais de



tributação e desburocratização. Esse é um tema de extrema relevância, é um tema que está sendo debatido no mundo inteiro, e eu acho muito importante que seja feito dentro das Comissões, com proporcionalidade, com critérios claros, tanto de escolha como o encaminhamento e andamento.

Então, eu gostaria de solicitar que a minha Questão de Ordem nº 5, de 2023, seja respondida e faço essa outra questão de ordem sobre a criação desse outro Grupo de Trabalho, porque acho que o processo legislativo perde muito com esses grupos de trabalho, nos quais outro Parlamentar não pode emendar. Os outros Parlamentares ficam reféns de um processo legislativo que fica comprometido.

Essa é a minha questão de ordem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 18/41

30.2023 Sessão Ordinária - CD 21/03/2023-14:40
Publ.: DCD - 22/03/2023 Paulo Foleto-PSB -ES
-
BREVES
COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à inclusão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no rol dos bancos credenciados para concessão de empréstimos consignados a aposentados do INSS. Realização da reforma tributária. Redução da carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros.

O SR. PAULO FOLETO (PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto.

Eu fiquei alegre quando o Conselho Nacional de Previdência Social reduziu de 2,14% para 1,7% — uma redução de 0,44 ponto percentual — a taxa máxima de juros para empréstimos pessoais consignados para aposentados, mas depois estranhei o que aconteceu na sequência.

É de conhecimento comum — todo mundo sabe disso — que o brasileiro está endividado. Nós tivemos a COVID, a crise econômica, e a herança deixada ao Governo Lula foi ainda de necessidade e se promover a recuperação econômica. O Presidente já sinaliza que vai entrar no jogo para que se diminua a taxa de juros, para a economia girar.



O que eu estranhei foi que, depois de o Conselho Nacional de Previdência Social tomar uma decisão positiva sobre o empréstimo consignado para aposentados, o Banco do Brasil e a Caixa entraram no pacote dos bancos privados. São dois bancos públicos que têm lucro. Quem mais empresta para o agronegócio no Brasil é o Banco do Brasil, e ele tem lucro com isso.

O empréstimo consignado tem uma margem pequena, mas também envolve um pequeno volume financeiro, por isso precisa ser olhado com carinho, mas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica entraram no pacote dos bancos privados e dizem que não dá para trabalhar com taxa de juros de 1,7%.

Agora eu estou lendo aqui que ontem houve uma reunião dos Ministros Fernando Haddad, Carlos Lupi e Rui Costa, e eles vão achar um meio-termo. Pelo amor de Deus! O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal não precisam entrar no pacote dos bancos privados e roubar o aposentado no consignado. Vamos ajudar nessa hora! Todo mundo tem que colaborar um pouco. Os bancos públicos existem não só para ganhar dinheiro, mas também para bancar a situação social, quando for necessário.

E a reforma tributária, com a qual vamos conviver — logo, logo o texto dela chegará aqui —, começou lá em 1530 e foi até 1822. O brasileiro pagava um quinto sobre o ouro que explorava nas Minas Gerais, mais o pau-brasil, para a Coroa Portuguesa. Então, entre 1530 e 1822, nós já pagávamos 20% de imposto. De lá para cá, as coisas só pioraram. Por isso, nós temos o dever e a obrigação de discutir. É claro que o texto virá, e nós vamos abordar as necessidades dos Municípios e dos Estados e trabalhar essa reforma tributária, que é tão necessária.

Na discussão da reforma tributária, também temos que dizer ao Governo que é preciso diminuir a quantidade de impostos que o brasileiro paga, que já é muito. Os serviços que recebemos como devolução não têm a qualidade do que pagamos de imposto.

Então, são dois temas, Presidente, que têm de ser analisados com cuidado: o consignado e também a reforma tributária, que nós vamos começar a discutir, provavelmente, daqui a 10 dias, 15 dias, neste plenário.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 19/41

30.2023

Publ.: DCD - 22/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Luiz Lima-PL -RJ

21/03/2023-00:00

ENCERRAMENTO

OUTROS
DISCURSO



Sumário

Urgente necessidade da adoção de novo arcabouço fiscal no Brasil. Necessidade de redução das taxas de juros para o crescimento econômico sustentável e o bem-estar da população brasileira. Expectativa quanto à realização da reforma fiscal proposta pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

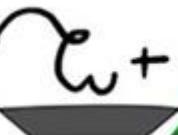
DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.

Prezados Presidente, Deputadas e Deputados, estamos reunidos hoje e mais uma vez alerto para a necessidade urgente de um novo arcabouço fiscal para o Brasil. Recentemente, Fernando Haddad anunciou que traria propostas para diminuir a taxa de juros e para uma reforma fiscal que pode ajudar a aliviar a carga financeira em nossa economia e a melhorar a vida dos brasileiros, mas não temos nada de concreto ainda!

É bem sabido que a alta taxa de juros no Brasil é um dos principais obstáculos para o crescimento econômico sustentável e para o bem-estar da população. Esse cenário cria um ambiente pouco favorável para os investimentos, dificultando o acesso ao crédito e prejudicando o consumo e a produção de bens e serviços.

A taxa de juros é influenciada por uma série de fatores, incluindo a política monetária do Banco Central, as condições do mercado financeiro, a inflação, a atividade econômica e, em alguns casos, a confiança dos investidores no Governo.

A confiança dos investidores no Governo tem um impacto direto na taxa de juros, especialmente em momentos de incerteza política ou econômica. Quando há preocupações sobre a capacidade do Governo de honrar suas obrigações fiscais, ou quando as políticas econômicas adotadas pelo Governo são percebidas como inadequadas ou



ineficientes, os investidores exigem taxas de juros mais altas para compensar o risco de investir em títulos públicos ou em outros ativos financeiros.

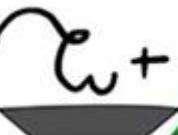
A redução das taxas de juros é uma medida importante para combater essa realidade e criar um ambiente mais propício para a recuperação da economia brasileira. Com uma menor taxa de juros, as empresas e os consumidores terão acesso a crédito mais barato, o que pode incentivar o consumo e o investimento e contribuir para o crescimento da economia.

Além disso, esperamos que a reforma fiscal proposta por Haddad seja feita para ajudar a aliviar a carga financeira em nossa economia, especialmente para as pessoas mais vulneráveis. Essa reforma deve garantir a sustentabilidade das contas públicas, mas sem prejudicar os direitos e serviços públicos essenciais. Ela também deve contribuir para a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

É importante destacar que a responsabilidade fiscal é uma questão complexa, que envolve diversos fatores, como a conjuntura econômica, o contexto político, as demandas sociais e a capacidade administrativa do Governo. Em muitos momentos da história do PT no Governo, houve problemas com a gestão fiscal, como, por exemplo, a elevação do endividamento público e o descumprimento de metas fiscais. O partido, historicamente, não costuma primar pela responsabilidade fiscal, mas, na Oposição, estaremos de olho em tudo!

Forte abraço a todos!

Muito obrigado.



30.2023

Sessão Ordinária - CD

21/03/2023-14:48

Publ.: DCD - 22/03/2023

Delegado Marcelo Freitas-UNIÃO -MG

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Concessão, por montadoras de veículos, de férias coletivas a trabalhadores em decorrência da crise financeira. Principais pilares da reforma tributária. Adoção, pela Câmara dos Deputados, de medidas de estímulo ao crescimento econômico com geração de emprego e renda.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (UNIÃO - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, temos observado em nosso País, recentemente, as férias coletivas de diversas montadoras de veículos em virtude da grave crise econômica que abala, por óbvio, a economia brasileira.

Napoleon Hill dizia que a lei da economia não respeita nem tolera quem pretende receber sem dar. Essa tem sido a tônica adotada em nosso País. Sabemos que os benefícios sociais cumpriram e cumprem a sua relevância em um dado momento. No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é inadmissível que não fortaleçamos, cada vez mais, a relevância do valor do trabalho.

Nós precisamos valorizar e incentivar aqueles que pretendem investir em nosso País. Nada é mais relevante, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do que uma reforma tributária que, de fato, dê andamento a três pilares essenciais. O primeiro deles, que eu tenho dito, é a simplificação tributária. O segundo é o não aumento de impostos, que é uma medida essencial para o nosso País. E o terceiro, sem sombra de dúvida, é a desoneração da folha de pagamentos em nosso País, para que nós possamos, acima de tudo, gerar emprego, gerar trabalho para as pessoas.

Não é aceitável que a sociedade brasileira ainda acredite na força dos benefícios sociais sem que haja a mola propulsora do trabalho, do emprego e da renda, que é aquilo que, de fato, movimenta a economia de qualquer país civilizado do mundo.

Então, Sras. e Srs. Deputados, que esta Casa do Povo possa se debruçar em medidas que garantam geração de emprego, que garantam renda para as famílias brasileiras.

Para aqueles que não podem trabalhar, de fato, os benefícios assistenciais



cumprem o seu papel. Porém, não podemos ter receio algum de falar isto: quem tem condições de trabalhar, quem tem condições de produzir deve buscar emprego, deve buscar trabalho. Nenhuma nação consegue manter por tempo indeterminado uma massa de trabalhadores, uma massa de pessoas aptas ao trabalho que vivem à custa de benefícios sociais pagos por aqueles que ainda insistem em empreender no Brasil, não obstante as desconfianças do mercado.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a esta Casa do Povo que possamos dar andamento a matérias de interesse efetivamente econômico que façam com que o nosso País cresça e retome a prosperidade e o crescimento econômico.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 21/41

30.2023	Sessão Ordinária - CD	21/03/2023-20:24
Publ.: DCD - 22/03/2023 -	Julio Lopes-PP -RJ	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Proposta de reforma tributária apresentada pelo Grupo de Trabalho - Alternativas Digitais de Tributação e Desburocratização.

O SR. JULIO LOPES (PP - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, é com grande alegria que venho a esta tribuna na noite de hoje para agradecer ao Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, por ter instituído, na Câmara Federal, o Grupo de Trabalho - Alternativas Digitais de Tributação e Desburocratização. Esse grupo ora instituído tem o propósito de fazer com que a digitalização e a desburocratização sejam temas transversais a todas as ações de Governo, na defesa da melhora da *performance* institucional do Brasil.

Quero aqui, Sras. e Srs. Deputados, dizer que vemos o Governo tratar de uma reforma tributária, cuja inequívoca e inadiável necessidade é discutida pela sociedade. Mas é importante, desejável e necessário que essa reforma tributária seja uma reforma digital. Não podemos, amigos, continuar falando de propostas analógicas, de propostas que não estão pareadas com o nosso tempo tecnológico. Podemos e devemos empreender uma reforma tributária que, digital, nos coloque num outro patamar de agilização dos processos de *performance*.

Eu tenho uma grande admiração pelo grande economista brasileiro José Roberto Afonso, ora sediado em Portugal, onde tem o seu pós-doutorado em

gestão governamental. O José Roberto nos diz uma coisa que é muito importante que V.Exas. saibam: se nós pegássemos todos os meios de tributação que temos hoje, com as mesmas alíquotas, com os mesmos prazos, com os mesmos processos, e, pura e simplesmente, os fizéssemos digitais, nós passaríamos para um outro patamar de realidade tributária no Brasil. Muito provavelmente, mais do que decuplicaríamos a base tributária, Deputado Reginaldo, e faríamos uma expansão enorme da *performance*.

V.Exa., Deputado Reginaldo, faz parte do nosso grupo e agora é Coordenador do GT da Reforma Tributária. Saúdo aqui V.Exa., porque tenho certeza do trabalho que juntos faremos para tentar fazer com que o uso do dinheiro de papel, por exemplo, venha a diminuir no Brasil.

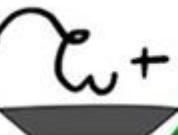
V.Exa. é o primeiro proposito do fim da moeda de papel. Quero me dizer entusiasta disso e seu seguidor nessa ideia. O Brasil não precisa fazer transações acima de 10 mil reais em dinheiro físico. Todas as transações em dinheiro de papel poderão ser limitadas a essa quantia.

Enfim, temos muito a fazer com o propósito de reformar o País. Podemos oferecer, por exemplo, um sistema que seja capaz de monitorar todo o ciclo brasileiro de combustível. Isso vai permitir, Presidente Pompeo, que nós possamos aumentar nossa arrecadação, segundo o que prevê o Instituto Combustível Legal, em algo em torno de 20 bilhões de reais, só com o que se esvai com a contrafação e com a sonegação.

Esse aumento de arrecadação ocorrerá porque nós vamos instituir, Deputado, meios digitais de controle, para que o petróleo saia da refinaria ou da importadora e entre no caminhão ou no tubo volumetricamente acompanhado por sensores volumétricos, por sensores de capacidade que tenham a possibilidade de informar quanto foi colocado naquele caminhão, quanto foi colocado naquele tubo. Ao chegar ao posto de gasolina, aquele caminhão ou aquele tubo serão novamente volumetricamente apurados, e nós saberemos quanto de gasolina, de *diesel* ou de gás haverá dentro do tanque abastecido. Nós brasileiros teremos, pela primeira vez, uma apuração que verificará se 1 litro corresponderá a mil mililitros mesmo, para que, na hora de botar a bomba no nosso carro, não tenhamos ar, não tenhamos outra coisa, senão o próprio combustível. O ciclo completo de monitoramento dos combustíveis no Brasil irá oferecer uma nova *performance* à arrecadação.

Se assim fizermos em todas áreas, vamos igualmente conseguir avançar com essa reforma, para imediatamente ajudar o Brasil a se reformar, a se reinventar.

Deixo aqui, portanto, a proposta do nosso Grupo de Trabalho de Digitalização e Desburocratização e convido todos da Câmara Federal, principalmente os 12 membros desse grupo, para que nos reunamos na próxima semana e possamos dar início a essa viagem, a essa transformação digital que faremos no Brasil.



Muito obrigado, Presidente Arthur Lira.

Muito obrigado a todas as Sras. e Srs. Deputados.

Documento 22/41

30.2023

Publ.: DCD - 22/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

José Guimarães-PT -CE

ORDEM DO DIA

21/03/2023-18:00

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Retomada do Programa Mais Médicos. Confiança na exclusão do Brasil do Mapa da Fome. Compromisso do Governo Luiz Inácio Lula da Silva de combate à fome e à pobreza. Relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Elevação do valor do Programa Bolsa Família para 600 reais. Comprometimento do governo petista com as classes menos favorecidas e com as comunidades indígenas. Realização da reforma tributária. Elevação dos valores da merenda escolar. Desestruturação de políticas públicas pelo governo anterior. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. Retomada, pelo Ministério dos Transportes, das obras de recuperação das rodovias federais brasileiras. Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China. Retomada do protagonismo do Brasil no cenário internacional. Reajuste do salário mínimo. Anúncio de votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.085, de 2023, sobre o estabelecimento de igualdade salarial entre homens e mulheres.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta.

Eu peço ao pessoal do som que aumente o volume do som um pouquinho. Obrigado.

Deputada Maria do Rosário e demais Parlamentares presentes a esta sessão, a minha fala é para registrar, com muita satisfação, a retomada de um dos mais importantes programas do Governo Federal, que é o Mais Médicos para o Brasil. Eu vou falar do programa que foi lançado ontem, mas não sem antes fazer um comentário acerca da fala que eu acabei de ouvir do Deputado Kim Kataguiri, que acabou de fazer algumas considerações sobre o Brasil.

Em primeiro lugar, nós vamos tirar 33 milhões de pessoas da fome. Nós vamos tirar o Brasil do Mapa da Fome. Foi o Governo anterior, que V.Exa. ora defendia, ora não defendia, que levou, infelizmente, o Brasil para essa humilhante posição de um país com o maior número de contingente de



miseráveis.

É este Governo, que tem compromisso com os mais pobres, que amanhã vai lançar, em Pernambuco e na Paraíba, o Programa de Aquisição de Alimentos.

É este Governo do Presidente Lula, que tanto tem compromisso com os mais pobres, que ontem começou a pagar o Bolsa Família de 600 reais e os 150 reais de acréscimo para as crianças até 6 anos.

É este Governo, que tem compromisso com o País e com os mais pobres, que está retomando as obras — quase 14 mil obras paradas do Governo anterior, que promoveu o maior desmonte da gestão pública brasileira —, que vão gerar emprego e dar sustentabilidade ao processo de reconstrução do Brasil.

É este Governo, que tem compromisso com os mais pobres, que vai fazer a reforma tributária, vai enviá-la para esta Casa e vai apresentar o novo arcabouço fiscal do País, porque isso é que vai gerar oportunidades para o Brasil crescer e se desenvolver.

É este Governo, que tem compromisso com os mais pobres, que elevou o valor da merenda escolar, em média, em 39 centavos. Foram 4 anos sem nenhum reajuste na merenda escolar que é servida às crianças por este País afora.

É este Governo, que tem compromisso com os mais pobres, que foi lá em Roraima, naquele episódio das comunidades indígenas, dos ianomâmis, e mostrou o compromisso que ele tem com a proteção dos mais pobres.

E vem alguém aqui falar do nosso Governo.

O Brasil está no fundo do poço, Sras. e Srs. Parlamentares, devido ao desmonte que o Governo anterior fez nas políticas públicas: desmontou o MEC; desmontou a saúde; desmontou o SUS. É por isso que hoje nós estamos tão decididos a fortalecer o Sistema Único de Saúde — SUS, porque é uma política pública de Estado. E o Mais Médicos vai fortalecer isso.

O Mais Médicos, que foi lançado ontem, é que vai garantir o atendimento daqueles que mais precisam em 4 mil Municípios, nas comunidades rurais, naquelas regiões onde não aparece nem um médico para cuidar das pessoas. E o médico vai estar lá, porque esse programa vai atender em torno de 4 mil Municípios.

Vamos fazer um investimento para que aquelas pessoas que moram nas periferias, nas zonas rurais deste imenso Brasil possam voltar a ter a visita de um médico, a visita de uma médica, que vai passar maior tempo convivendo social e culturalmente com aquelas famílias que tanto precisam dos cuidados médicos. Isso é uma alegria para todo o Brasil. Eu sou do Nordeste brasileiro e sei bem disso. Lá no meu distrito nunca tinha ido um médico, e as famílias começaram a receber, por meio do Programa Mais Médicos, a visita dele nas



casas. O médico procurava entender a realidade social, o que, muitas vezes, até leva a pessoa a ter uma doença, uma enfermidade.

Nós estamos, portanto, reconstruindo o Brasil. E esse programa, que foi lançado ontem, vai privilegiar os brasileiros e as brasileiras, os médicos formandos brasileiros. E, dependendo do grau de participação dos médicos e das médicas brasileiras, poderão ser também convocados médicos do exterior, desde que passem pelo REVALIDA.

É por isso que aqueles que sustentaram o Governo anterior choram muito ao perceberem que, em menos de 100 dias, nós já entregamos muito mais coisas para o Brasil do que o Governo Bolsonaro, em 4 anos. Já fizemos entregas na área da saúde, na área das rodovias — as rodovias todas esburacadas deste País afora. A BR-116, que se inicia no meu Estado e vai até o Rio Grande do Sul, Deputado Afonso Motta, está destruída, está há 4 anos sem nenhum conserto. E o Ministério dos Transportes vai recuperar a malha rodoviária brasileira federal para poder escoar a nossa produção, vai retomar o projeto da Transnordestina, que o Governo anterior esqueceu, mas foi fazer festa lá na transposição do São Francisco, em algum momento, para dizer que era obra dele.

O Brasil tem Governo. Essa é a sensação que o mundo e os brasileiros e brasileiras percebem. V.Exas. podem até discordar, mas sabem que o País tem Governo, que o País está funcionando. Podem até votar contra o Governo, mas reconheçam o desmonte que foi feito. A presença forte do Presidente da República dá a dimensão da sensação que o Brasil tem Governo, e tem mesmo. E ele tem realizado ações com os entes federados, já reuniu os Governadores, já estabeleceu as prioridades de cada Estado. É assim que nós vamos fazendo a maior reconstrução de uma nação gigante.

Lula vai à China no próximo sábado. Imaginem, V.Exas.: ele já esteve em vários países da América do Sul, já foi aos Estados Unidos e vai à China! Por que o novo Governo está fazendo esse esforço nas relações com o mundo? Porque, ao mesmo tempo em que ele visita um país, retoma o protagonismo do Brasil. Protagonismo esse esquecido nesses últimos 4 anos. A viagem à China é necessária, porque a China é uma relação comercial importante, é um dos principais parceiros econômicos do Brasil. Fortalecer essa parceria, fortalecer a presença do Brasil no mundo é uma condição para atrair investimento, para que nós possamos voltar a crescer e a gerar emprego e renda para os brasileiros e brasileiras.

Sra. Presidenta, nós estamos convencidos de que o Brasil tem rumo. Nós vamos trabalhar muito para reajustar, como nós já fizemos com o salário mínimo, reajustamos o salário mínimo, o Bolsa Família, os programas sociais. Vamos aprovar nesta Casa a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal. Passaram o tempo todo prometendo, e nada foi feito. Nós vamos fazer a maior reconstrução de uma nação, que tem tudo para crescer e se desenvolver.

Fica, portanto, Deputada Maria do Rosário, que preside esta sessão, o nosso

registro. Que essa nossa fala seja de comemoração. O Brasil olhou ontem para o Palácio do Planalto e viu a Ministra da Saúde, que, aliás, esteve conosco hoje na reunião de Líderes. O Brasil viu que a saúde voltou, o SUS voltou, o Mais Médicos do Brasil voltou, o Bolsa Família voltou, a integração soberana do mundo com o Brasil voltou, o apoio às mulheres...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Prezado Deputado José Guimarães, a Mesa tem dado 30 segundos a mais, e a Oposição já reclama. Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Eu vou concluir, Sra. Presidenta.

Quero dizer que hoje, na reunião de Líderes, realizada agora há pouco, fizemos uma inclusão na pauta, o que vai ser encaminhado, acho, por consenso. Sabe o que nós aprovamos na reunião do Colégio de Líderes, com todos os Líderes? A votação da urgência constitucional do PL que trata do salário igual para homens e mulheres. Quer coisa mais importante do que isso que nós vamos votar?

E é assim que nós vamos reconstruindo o Brasil.

Documento 23/41

31.2023	Sessão Ordinária - CD	22/03/2023-20:20
Publ.: DCD - 23/03/2023 -	Zé Neto-PT -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra a manutenção, pelo Banco Central do Brasil, da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, em 13,75% ao ano. Reexame da independência da instituição bancária. Realização da reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as notícias de hoje, no final do dia, começo da noite, dão conta de uma situação que, eu diria, é muito ruim não para o Governo Lula — nós vamos enfrentar essa situação econômica, e a temos enfrentado —, mas é ruim para todo o conjunto do Brasil. Com a manutenção da SELIC em 13,75%, o Brasil continua com a maior taxa de juros real do mundo. Isso é fruto daqueles que entendiam que o Estado tinha que ser pequeninho. Eu quero saber se no Estado moderno americano ou em qualquer país europeu, como a Alemanha,



isso acontece. É claro que não! É claro que não!

Esse sentimento de redução do Estado, de entrega do Banco Central da forma como as coisas foram feitas, dá-nos agora uma tarefa sem precedentes. Quem está pensando que isso afeta apenas o Governo esquece em que país está vivendo. Com a SELIC como está, é inviável para os nossos amigos aqui que plantam café, que estão na agroindústria cuidando do leite, cuidando da indústria na indústria, cuidando dos serviços. Eu diria que, no Brasil, enquanto o mercado consumidor for menos importante do que o mercado financeiro, nós não seremos uma nação que possa progredir e se dar o respeito para olhar frente a frente a nossa gente, principalmente a mais humilde, com a dignidade que a nossa gente merece.

Cabe a este Parlamento aprimorar o debate sobre essa independência, que não é independência nenhuma, do Banco Central. O Banco Central faz o jogo do capital financeiro — faz o jogo do mercado financeiro!

Eu quero dizer aqui que, quando eu digo que o mercado financeiro não pode ser mais importante do que o mercado consumidor, nós temos que ter dinheiro na mão do pobre, geração de emprego e renda e desenvolvimento do nosso setor produtivo. É por isso que nós queremos mudar esse caminho, o caminho que diz respeito à construção de um novo arcabouço fiscal, a construção de uma reforma tributária de Estado. Todos aqui terão que ter essa responsabilidade. Não é uma reforma tributária apenas de Governo, como alguns querem plantar aqui, é uma reforma tributária deste Congresso, desta Casa, desta Câmara, deste Senado e do povo brasileiro. É essa reforma tributária que queremos!

Documento 24/41

31.2023	Sessão Ordinária - CD	22/03/2023-20:28
Publ.: DCD - 23/03/2023 -	Cobalchini-MDB -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Redirecionamento do discurso parlamentar para temas de interesse do País e do povo brasileiro.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu aprendi, na minha vida inteira, a ter paciência e ser persistente. Aqui nós temos que ter as duas coisas. Estou aguardando, pacientemente, chegar o meu momento. Eu me inscrevo todos os dias. Os meus eleitores lá de Santa Catarina me cobram isso.



Assim foi hoje, comigo estreando na Comissão de Constituição e Justiça, querido amigo Deputado Ricardo, lá da nossa Bahia. Houve um único requerimento e, em 5 minutos, o assunto estava esgotado. Era um convite ao Ministro da Justiça para que viesse à Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Nelto estava lá. Foram 2 horas de reunião depois de o assunto ter sido esgotado em 5 minutos.

Eu venho aqui também, como Deputado do meu Estado de Santa Catarina, para discutir temas nacionais, para falar, sim, de infraestrutura, para falar de educação, para falar de saúde. Muitos aqui ficam olhando pelo retrovisor, querido Deputado Pedro, de Santa Catariana, tentando "*encontrar chifre em cabeça de cavalo*". Eu quero trabalhar! Sou pago — e bem pago — para isso. Não é possível que fiquemos aqui perdendo o nosso tempo. Temos a nossa reforma tributária, que precisa avançar. Temos que pensar no Brasil e parar de olhar para o nosso umbigo.

Quero dizer que estou silenciosamente tentando ouvir alguma coisa para aprender com aqueles que são mais experientes...

(*Desligamento automático do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sóstenes Cavalcante. PL - RJ) - Deputado, peço que V.Exa. conclua seu pronunciamento.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - Vou concluir o meu raciocínio.

De agora em diante, já me permito começar a falar, porque tenho aprendido muito pouco. A minha expectativa era muito maior. Temos que pensar no Brasil. Chega de olharmos para trás; vamos olhar para frente! É para isso que nós fomos eleitos.

Muito obrigado.

Documento 25/41

34.2023

Sessão Ordinária - CD

27/03/2023-18:32

Publ.: DCD - 28/03/2023

Zé Neto-PT -BA

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Incoerência do posicionamento da Oposição contrário à investigação da minuta de estado defesa, a chamada minuta do golpe, e a favor da averiguação de atos vandalismo praticados contra as sedes dos Poderes da República. Realização da

reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria chamar atenção para uma incoerência da Oposição. Olhe que incoerência: a Oposição é contra a investigação da minuta do golpe, porque diz que a minuta do golpe não pode ser investigada. O interessante é que são os mesmos que querem reinvestigar os atos de 8 de janeiro. Os atos de 8 de janeiro estão sendo investigados pela Polícia Federal, estão sendo investigados pelo Supremo e por todas as instâncias e instituições que sabem o risco por que o Brasil passou no dia 8 de janeiro.

O que eu vejo, ao se tentar criar aqui um palanque para narrativas, é uma tentativa de embolar o meio de campo no que diz respeito à nossa reforma tributária. Eu acho que esta Casa tem que se concentrar, toda ela, na reforma tributária, porque essa é uma atitude de Governo, mas não só de Governo. É uma atitude de Estado. A reforma tributária é desta Casa, não é só uma reforma do Presidente Lula. A Proposta de Emenda à Constituição nº 45 vem daqui, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 110 veio do Senado.

Nós podemos reunir forças para construir uma reforma de Estado que dê definitivamente solução para esta situação tributária do Brasil, que não diz respeito apenas ao Presidente Lula, que diz respeito a todo o Estado brasileiro.

Documento 26/41

34.2023 Sessão Ordinária - CD 27/03/2023-19:16
Publ.: DCD - 28/03/2023 Murilo Galdino-REPUBLICANOS -PB
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Revisão do pacto federativo e realização da reforma tributária em benefício das municipalidades brasileiras. Queda das receitas municipais. Saudações aos Prefeitos Municipais do Estado da Paraíba presentes no Distrito Federal.

O SR. MURILO GALDINO (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Presidente. Boa noite a todos os amigos e amigas Deputados, a toda a imprensa, a todos que estão nos assistindo em casa.



É uma honra usar esta tribuna mais uma vez.

Quero dizer que hoje estamos iniciando uma semana muito importante, principalmente para os Municípios pequenos, como os do Estado da Paraíba, que dependem exclusivamente das receitas federais e estaduais.

Nós estamos iniciando a 24ª Marcha dos Prefeitos. E aproveito para saudar a Deputada Camila Toscano, que nos faz graça com sua presença, e o Deputado Romero Rodrigues, muito atuante nessa pauta municipalista. Deputado Romero Rodrigues, esta é uma semana bastante importante para os Municípios que nós defendemos na Paraíba, muitos deles pequenos, de cidadãos e cidadãs que estão no interior do Estado sempre pleiteando, junto à Prefeitura, aos Prefeitos, aos Vereadores, aquela atenção mais básica à saúde, à educação.

A marcha está com uma pauta municipalista, a qual defendi muito na campanha e que nós precisamos olhar com bons olhos. Refiro-me à reforma tributária, que tem que beneficiar os pequenos Municípios brasileiros e, em particular, os paraibanos. O pacto federativo precisa ser revisto para aumentar as receitas dos Municípios paraibanos, que estão na ponta da corda. E sempre que é dado um benefício, sempre que é concedida uma isenção, é tirada receita dos pequenos Municípios, porque muitos deles dependem do FPM.

Nós recebemos no gabinete, diariamente, Prefeitos cujas receitas de seus Municípios estão, cada vez mais, se esvaindo, sem conseguirem cumprir com seus compromissos mais básicos, como o piso da enfermagem, que tanto merecem os enfermeiros brasileiros. Nós precisamos subsidiar isso. Os Municípios pequenos precisam de uma resposta quanto ao subsídio para poderem pagar e honrar esse compromisso feito pelo Governo Federal e tão devido à classe de enfermagem, e que cheguem outros.

Aproveito o momento para saudar os Prefeitos que aqui estão e, por meio deles, todos os Prefeitos da Paraíba: Adriano Wolff, de São Sebastião do Umbuzeiro; Adelson, de Areial; Tota Guedes, de Pedra Lavrada; o amigo Segundo, de São José do Sabugi; Aliny Povão, de Cruz do Espírito Santo; Bira Mariano, de Camalaú; Wenceslau, de Teixeira; Serginho, de Baía da Traição; Severo, de Lagoa de Roça; Dr. Lúcio, de Itabaiana; Elias, de Jacaraú, que estava no gabinete com o Vereador Jean e outros mais. Registro ainda a presença do ex-Prefeito Arthur Galdino, da cidade de Pocinhos, que hoje é Diretor do IMEQ e foi eleito esta semana Presidente da Associação Nacional dos Representantes do IMEQ.

Saúdo também os grandes amigos e Prefeitos Dr. Jarques, de São Bento; Laurinho Maia, de Catolé do Rocha; Eliane Galdino, que faz uma gestão quase 100% bem avaliada na cidade de Pocinhos, trabalhando muito por aquela terra; Kiko, de Caaporã; Negão Magno, de Passagem; Pedrinho Caetano, de Bom Sucesso; e todos os demais Prefeitos paraibanos.

Os colegas que fazem política, muitas vezes, em Estados grandes, ricos, não

sabem o que esses Prefeitos passam na ponta, na Paraíba, que é a população pedindo um balde de água, um carro-pipa, um bujão de gás.

Temos que melhorar a receita dos Municípios paraibanos pequenos, para que eles possam realmente resolver esses problemas.

Obrigado.

Documento 27/41

34.2023 Sessão Ordinária - CD 27/03/2023-18:36
Publ.: DCD - 28/03/2023 Fernando Mineiro-PT -RN

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prioridade de Deputados da Oposição no debate de assuntos secundários, em detrimento da discussão de relevantes temas nacionais, particularmente das ações governamentais de reconstrução do País. Reflexos da política de juros altos sobre a economia brasileira. Relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Mais Médicos. Realização da reforma tributária.

O SR. FERNANDO MINEIRO (Bloco/PT - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este País viveu um tempo em que boa parte do debate político era pautado num "cercadinho", para desviar a atenção dos graves problemas da população brasileira. Esse tempo passou, e a sociedade brasileira derrotou aquilo que os faladores, que os oradores do "cercadinho" professavam ou defendiam.

Parece-me, quando escuto algumas falas aqui no plenário — e eu estou no meu primeiro mandato —, que alguns colegas e algumas colegas querem transformar este espaço num "cercadinho" também, para pautar o debate político no sentido de desviar a atenção dos grandes temas do Brasil, em particular do esforço necessário para a reconstrução deste País, o que o Presidente Lula vem desenvolvendo.

Neste plenário se repete a tática do "cercadinho" em várias falas e são deixados de lado temas importantes. Por exemplo, o impacto e o prejuízo para a economia do Brasil que os juros altos estão causando. A política que vem sendo desenvolvida pelo Banco Central do Brasil vai de encontro ao que o Presidente Lula tem tentado fazer, que é o processo de reconstrução do Brasil através da reconstrução de políticas públicas como o PAA, o Programa de



Aquisição de Alimentos, como o Programa Mais Médicos, para citar dois que foram lançados na semana passada.

Sr. Presidente, são tantas as tentativas de transformar o debate político com o uso de temas secundários, que o que é importante, o que é necessário, o que é central acaba sendo esquecido, e o debate político acaba sendo pautado de forma atravessada. Então, Sr. Presidente, quero dizer que esta Casa precisa se debruçar sobre os temas que o Brasil espera que sejam debatidos, como a reforma tributária, a alta taxa de juros, a reconstrução das políticas públicas, em vez de repetir uma tática que já mostrou que leva o Brasil para um lugar que não queremos. Eu queria concluir que fosse feito o debate de temas estruturantes para o Brasil, que fosse feito o debate de temas que reconstroem o Brasil, e não daqueles que desviam a atenção da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 28/41

4.2023.N	Sessão Ordinária - CD	28/03/2023-11:08
Publ.: DCN - 29/03/2023 -	Aguinaldo Ribeiro-PP -PB	
	HOMENAGEM	
	DISCURSO	

Sumário

Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2023. Realização da reforma tributária.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar o Presidente Marcos Pereira e agradecer pela deferência e oportunidade de aqui nos poder dirigir a todos os senhores. Quero cumprimentar o Dr. Robson Braga de Andrade, que preside a Confederação Nacional da Indústria. Quero cumprimentar os Senadores Eduardo Gomes e Fabiano Contarato, que são requerentes desta sessão, assim como os meus colegas amigos, o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado José Guimarães, também requerentes desta sessão. Cumprimento a nossa Deputada Antônia Lúcia, que está na Mesa. Cumprimento a todos os senhores e senhoras.

De forma muito objetiva, quero dizer que é uma alegria mais uma vez participar de um evento como este e fazer uma pequena reflexão nesses 4 minutos e pouco que me restam. Primeiro, sou de uma geração que nasceu sob o lema de que o Brasil é o país do futuro. E acho, Presidente Robson, que nós temos a oportunidade de ser essa geração que transforma este País no país do presente e no país de futuro, não para vivermos de futuro. Nós não podemos



ser uma geração que vive dizendo: *"Quando isso acontecer, o nosso País vai ser um país bom".*

Digo isso num momento em que nós brasileiros, juntos, temos a oportunidade de mudar a história do nosso País. Neste ano, meu caro amigo — de forma proposital, eu aguardei para saudar o nosso Coordenador Reginaldo Lopes, que está, de maneira muito competente e serena, coordenando os nossos trabalhos —, nós temos uma oportunidade histórica neste Congresso, unido à sociedade brasileira, de mudar a nossa história e deixar de ser o país do futuro para ser o país do presente.

O Brasil teve e pode ter novamente uma industrialização digna deste País. O Brasil precisa ter, sem dúvida nenhuma, a sua capacidade produtiva resgatada, sem burocracia, sem o pior sistema tributário do planeta. É chegada a hora, meus amigos, de fazer isso. Esse desafio está lançado não só para mim. Muitos dizem que o meu trabalho e o meu desafio como Relator serão grandes, mas o trabalho de um Relator não se faz sozinho. Esse trabalho deve ser feito com as mãos daqueles que querem mudar a história deste País.

Por isso, eu quero aqui me lembrar também do nosso Relator Sandro Mabel, que está presente.

Sandro, eu quero saudá-lo. Você nos ajudou!

Saudo também todos aqueles que estiveram, em algum momento, neste Parlamento, discutindo a reforma tributária e, certamente, nos ajudaram a chegar ao momento atual. Eu não tenho dúvida de que este é o momento em que nós vamos fazer essa história. Nós vamos fazer essa história porque precisamos mudar. Meu caro ex-Ministro Marcos Pereira, V.Exa. conhece bem essa matéria. Na guerra fiscal, as armas acabaram, os Estados não têm mais como brigar, porque essa guerra tirou a capacidade de todo o mundo, virou irracional. Nós precisamos aumentar a nossa competitividade. Ouvimos falar de um Custo Brasil a vida toda...

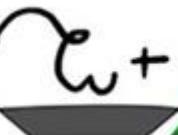
(*Interrupção do som.*)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB) - Vou terminar, Sr. Presidente.

Ninguém sabe quanto custa, mas nós sabemos que custa muito. Sabemos que 80% desse Custo Brasil são representados pelo sistema tributário brasileiro.

Então, nós precisamos mudar. É chegada a hora de mudar. Eu quero concluir todas as senhoras e todos os senhores que estão neste plenário para, juntos, mudarmos o Brasil, com uma reforma tributária que seja justa, simples e transparente e que traga segurança jurídica para o nosso País.

Muito obrigado.



(Palmas.)

Documento 29/41

35.2023

Publ.: DCD - 29/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

28/03/2023-19:48

Yandra Moura-UNIÃO -SE

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Comprometimento da oradora com a causa municipalista. Revisão do pacto federativo em prol do municipalismo. Atenção especial dos legisladores para com os Municípios brasileiros no processo de reforma tributária. Compromisso de atuação parlamentar em defesa das municipalidades do Estado de Sergipe. Criação da Frente Parlamentar de Fortalecimento da Mulher.

A SRA. YANDRA MOURA (UNIÃO - SE). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, nesta semana, Brasília foi tomada por milhares de Prefeitos, Secretários Municipais, Vereadores e assessores. É a Marcha dos Prefeitos, também chamada de Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, um evento que está completando 25 anos.

Eu, que sou uma Deputada municipalista, não poderia deixar de fazer este importante registro da presença daqueles que cuidam do povo lá na ponta. Sim, é na cidade que a vida das pessoas acontece. É na cidade que elas nascem, crescem, casam, têm filhos, trabalham, vivem suas aposentadorias. É na cidade que são prestados os serviços essenciais para a vida de toda cidadã e todo cidadão.

Por isso, sou a favor de um novo pacto federativo, que dê mais autonomia aos Municípios, mais recursos e garanta também melhores condições para gerir os serviços oferecidos.

O que temos visto nos últimos anos, com muita frequência, é a União e o Governo Estadual tomarem decisões e afetarem a vida dos Municípios sem lhes darem apporte financeiro e tempo hábil para cumprir tais medidas. É preciso mudar essa realidade, e o momento é agora!

O debate em torno da reforma tributária que está prestes a começar nesta Casa precisa ter um olhar atencioso para os Municípios. Nenhuma reforma será salutar se penalizar a arrecadação das Prefeituras e diminuir as condições de trabalho dos gestores municipais. Ao contrário, precisamos agora, como já falei aqui, dar mais autonomia e acesso a recursos a quem está mais perto do povo, a



quem passa pelas ruas das cidades todos os dias. Esse deve ser o compromisso de todos nesta Casa.

Quero aproveitar este momento para falar diretamente a cada Prefeita e Prefeito do meu Sergipe e do Brasil. Contem comigo nas suas lutas! Desde que assumi o mandato, tenho mantido diálogo permanente com os Chefes do Poder Municipal das cidades sergipanas, com o gabinete de portas abertas e corações abertos para os pleitos de cada Município. Nos últimos dias, inclusive, conseguimos desbloquear recursos que estavam há 4 anos parados no FNDE. Vejam só: 4 anos parados! E agora já estão chegando às contas dos Municípios para a construção de creches.

Não vamos parar por aqui. Nossa mandato vai seguir trabalhando pelos 75 Municípios sergipanos, desde a nossa Capital, Aracaju, até as cidades mais afastadas do principal centro econômico do Estado.

Prefeitas, Prefeitos, contem comigo sempre! O municipalismo será sempre uma das prioridades do nosso mandato.

Sra. Presidente, quero aproveitar o momento também para convidar todos que me ouvem nesta hora, inclusive V.Exa., para o lançamento da Frente Parlamentar para o Fortalecimento da Mulher. Vai haver um café da manhã muito agradável amanhã, quarta-feira, às 8h30min, no Salão Nobre desta Casa.

Nesta oportunidade, vou apresentar a equipe que estará junto comigo nessa Frente e detalhar a nossa atuação. Compareçam! Isso é muito importante para a história das mulheres desta Casa e vai, com certeza, resultar em muitas conquistas importantes para todas as brasileiras.

Desde já, quero agradecer a todos que assinaram o documento de criação da Frente Parlamentar para o Fortalecimento da Mulher. Espero todos vocês amanhã, às 8h30min, no Salão Nobre.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja divulgado nos canais de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Mais uma vez, muito obrigada.

Documento 30/41

4.2023.N

Publ.: DCN - 29/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

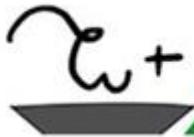
José Guimarães-PT -CE

28/03/2023-10:40

HOMENAGEM

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário



Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2023. Papel desenvolvido pela indústria no processo de geração de emprego e renda. Realização da reforma tributária.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, que preside esta importante sessão solene, meus amigos Deputados, Deputado Arnaldo Jardim, Senadores Eduardo Gomes e Fabiano Contarato, Sr. Robson Braga de Andrade, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sras. e Srs. Parlamentares, convidados, representantes da indústria brasileira, este momento é muito especial para o Brasil. A agenda legislativa que está sendo apresentada pela Confederação Nacional da Indústria a nós Parlamentares faz com que nós todos assumamos um compromisso perante o Brasil. O País precisa da indústria brasileira. O País só pode caminhar se estiver ancorado em duas questões centrais.

A primeira delas são as políticas que o Governo precisa desenvolver para dar segurança e criar condições ao ambiente de negócios, para que a indústria possa fazer aquele que é talvez seu maior objetivo, ou seja, gerar emprego e renda num ambiente plausível para fortalecer a reindustrialização do País.

Na condição de Líder do Governo, eu fiz questão de ser um dos autores do requerimento para mostrar ao País e à indústria brasileira nosso compromisso em torno de três questões fundamentais do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O primeiro deles é contribuir para que este País definitivamente conheça e receba uma reforma tributária capaz de dar segurança política e jurídica à indústria e à sociedade brasileira. Esta Casa vai fazer a reforma tributária, meus companheiros autores do requerimento, que acontecerá antes do fim do ano. Trata-se de uma decisão nossa, de uma decisão desta Casa. A proposta será entregue através da relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro no dia 29 de maio, e nós queremos votá-la até o fim do semestre para, assim, criarmos as condições para a retomada do crescimento e do que é objetivo de todos nós: a geração de emprego e de crescimento econômico.

Há outra questão fundamental para o Governo, Presidente Robson. Nós vamos entregar, nas próximas horas ou nos próximos dias, o novo arcabouço fiscal do País, que também se soma a estas duas questões centrais decisivas para a retomada da economia brasileira. O Ministro Haddad está se esforçando para isso. Temos dialogado fortemente com os Presidentes das duas Casas. O Deputado Arnaldo sabe bem o esforço que temos feito com o Presidente deste Poder, o Deputado Arthur Lira, para, na hora em que a proposta chegar, darmos celeridade e contribuirmos para o Congresso Nacional estar ao lado daqueles que querem crescimento, que querem desenvolvimento, que querem emprego, que querem renda e que querem um ambiente de tranquilidade nos



marcos da democracia.

Entendo que esta crise que envolve o não funcionamento das duas Casas, crise que V.Exas. têm acompanhado, tem que ser imediatamente debelada, porque atrapalha o ambiente político aqui dentro. Esta crise tem que ser resolvida daqui para amanhã, para que os projetos e as medidas provisórias sejam votados, para mostrarmos o esforço que vocês industriais brasileiros estão fazendo ao apresentar para os congressistas uma pauta de, pelo menos, 12 prioridades. Não há por que o Congresso Nacional não ter ouvidos para escutar, ouvir e ajudar a aprovação dos projetos que dão segurança para que vocês possam pautar o desenvolvimento e o crescimento com a geração de emprego.

Presidente Robson, da minha parte como Líder do Governo, as propostas que constam da agenda legislativa terão todo o interesse do Governo para a tramitação de votações que sejam capazes de unificar o Brasil. A eleição passou. O que está em jogo é o Brasil.

Concluo, Presidente, dizendo que agora nós temos o Brasil, que depende da sua sustentabilidade. O Brasil depende não apenas do Governo, mas também da indústria. É claro que nós temos que desenvolver os programas sociais, em vista da situação de miséria do País, mas o fundamental é haver crescimento com a geração de emprego e de renda. Eu penso que V.Exas. estão todas e todos empenhados neste novo momento que o Brasil está vivendo.

Contem com a Liderança do Governo! Mesmo que haja uma ou outra divergência, tudo será feito na base do diálogo, porque esta é a essência do Parlamento. Queremos o diálogo. Este não é o lugar de brigas. Este é o lugar para construirmos o Brasil e darmos ao povo brasileiro aquilo que ele quer, que é emprego e renda. E vocês podem nos ajudar nesta missão.

Muito obrigado a todos e a todas.

Documento 31/41

35.2023

Publ.: DCD - 29/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

28/03/2023-20:28

Domingos Sávio-PL -MG

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Atenção especial dos legisladores para com as municipalidades brasileiras no processo de reforma tributária.



O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu venho a esta tribuna para fazer o registro de que hoje testemunhamos, em Brasília, um belíssimo movimento em defesa dos Municípios brasileiros, o que equivale a dizer em defesa do cidadão brasileiro. É lá que o cidadão vive. É no Município que ele busca atenção à saúde, à educação, à infraestrutura básica, à moradia. Hoje aqui nós recebemos, seguramente, mais de 5 mil Municípios, praticamente 100% dos Municípios brasileiros.

Vieram Prefeitos, na sua grande maioria, Vice-Prefeitos, Vice-Prefeitas e também Vereadores. Eu tive a alegria de acompanhá-los não só na Marcha dos Prefeitos, mas também no encontro que houve aqui nesta Casa, para a minha felicidade, lotando o auditório da Casa, com o Prefeito de Minas Gerais, liderados pelo meu querido amigo e irmão, Dr. Marcos Vinícius, Presidente da AMM.

Parabéns à AMM! Parabéns à Confederação Nacional dos Prefeitos e a todos os Prefeitos que aqui vieram!

Sr. Presidente, deixo aqui o registro de que nós temos que nos empenhar para que, na reforma tributária, primeiro não haja aumento de impostos, mas que haja simplificação e que valorizem os Municípios. Nós repassamos emenda para saúde, para educação, lutamos aqui pelos Municípios, mas o Município não pode ficar com pires na mão.

O Município é onde o cidadão vive, portanto é preciso ter a maior fatia da arrecadação. O imposto pago é fruto do trabalho do cidadão. Todos cidadãos brasileiros contribuem com este País pagando imposto. Quando você compra uma caixa de fósforo, você paga imposto. Quando acende a luz na sua casa, você paga imposto. Agora, o imposto tem que ficar onde você vive, no Município. E é essa a defesa que continuaremos fazendo aqui, em favor dos Municípios brasileiros.

Documento 32/41

4.2023.N	Sessão Ordinária - CD	28/03/2023-10:24
Publ.: DCN - 29/03/2023 -	Robson Braga de Andrade---	---
	HOMENAGEM	HOMENAGEM
		DISCURSO

Sumário

Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2023.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE - Muito obrigado. Bom dia a todas



e a todos.

Eu quero cumprimentar o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Marcos Pereira, que preside a sessão. Quero cumprimentar também o Senador Eduardo Gomes, o Senador Fabiano Contarato, o Deputado Federal Arnaldo Jardim e o Deputado Federal José Guimarães, que foram os autores do requerimento para que nós pudéssemos fazer o lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria* no Parlamento. Cumprimento ainda todos os Senadores e Deputados aqui presentes. Agradeço a todos.

Gostaria, Presidente, de tomar um pouco do tempo para saudar todos os nossos companheiros que aqui se encontram: o Conselheiro Emérito da CNI, Armando Monteiro Neto; o Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Ricardo Alban; de Roraima, Izabel Itikawa; de Alagoas, José Carlos Lyra; do Ceará, Ricardo Cavalcante; do Paraná, Carlos Valter; de Santa Catarina, Mario Cezar de Aguiar; do Rio de Janeiro, Eduardo Eugenio; do Amazonas, Antonio Silva; de Rondônia, Marcelo Thomé; do Tocantins, Roberto Pires; do Maranhão, Edilson Baldez; do Acre, José Adriano Ribeiro; do Rio Grande do Norte, Amaro Sales; de Mato Grosso, Silvio Rangel; do Rio Grande do Sul, Gilberto Petry; de Pernambuco, Ricardo Essinger; do Pará, José Conrado; de Sergipe, Eduardo Prado; de Goiás, Sandro Mabel; e o Vice-Presidente da CNI, Paulo Afonso Ferreira.

Cumprimento também todos os Presidentes das associações de classe e das associações setoriais que compõem o Fórum Nacional da Indústria aqui presentes.

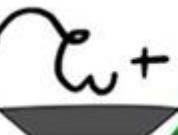
Senhores, para nós é uma honra muito grande termos a oportunidade de fazer o lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria* nesta Casa, no Parlamento brasileiro, no Congresso Nacional.

Eu gostaria de reafirmar que todos nós da indústria brasileira, lideranças do País inteiro, temos profundo respeito e orgulho por esta Casa, pelo trabalho que os senhores realizam e pela forma como têm defendido a sociedade brasileira. Os senhores têm buscado encontrar para o Brasil os melhores caminhos para que o País possa crescer, desenvolver-se, gerar empregos de qualidade e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos brasileiros.

Os senhores são realmente os representantes do povo brasileiro. Como tal, têm tido a responsabilidade de analisar cuidadosamente todos os projetos que vêm até aqui e, dessa forma, melhorar e aprovar os projetos que têm origem nesta Casa, no Governo Federal ou na sociedade brasileira.

Muito obrigado pelo trabalho que todos os senhores têm feito.

Ao abrir as portas para o lançamento das agendas legislativas da indústria, o Congresso Nacional reafirma a importância do diálogo e da parceria com o setor produtivo para a construção de um país mais próspero, que ofereça



melhores condições de vida para a população.

Além de cumprir com independência a missão republicana de elaborar e aprovar leis essenciais para a sociedade, o Poder Legislativo tem exercido o relevante papel de mediador de conflitos políticos.

Graças à corajosa atuação dos Parlamentares em defesa do interesse público, muitos impasses foram resolvidos por meio de conversas construtivas nas Comissões e nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Estamos certos de que esta legislatura recém-empossada continuará deliberando e aprovando leis que ajudem o Brasil a dar respostas adequadas à nossa complexa realidade econômica e social.

Os Deputados e Senadores também darão atenção especial aos projetos essenciais para o País superar os desafios trazidos pelas transformações tecnológicas, pelas mudanças climáticas e pelas adversidades no cenário internacional.

Senhoras e senhores, mais do que nunca, é importante que empresários, governantes, Parlamentares e demais setores da sociedade unam esforços em torno da aprovação das reformas estruturantes e de outras medidas que assegurem a volta do crescimento vigoroso e sustentado da economia.

Devemos nos mobilizar para criar as condições necessárias à reindustrialização do País. Apesar de sua importância para o desenvolvimento, infelizmente, a indústria vem perdendo força no Brasil. Em razão de uma série de disfunções, a participação do setor industrial na economia nacional, que já chegou a ser de 48%, em 1985, está agora em 24%. Mesmo assim, a indústria emprega 10,3 milhões de pessoas diretamente e é responsável por 34,4% da arrecadação de impostos federais, por 69,3% das exportações e por 66,4% dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento.

A indústria também produz os principais insumos e equipamentos que tornam os demais setores da economia mais produtivos e competitivos, trazendo benefícios para a formação de riqueza do País e para o bem-estar da população. Por isso, a CNI busca manter um diálogo permanente e construtivo com o Parlamento. A nossa *Agenda Legislativa da Indústria* é o principal instrumento da nossa interlocução com o Congresso Nacional. Ela é resultado de um amplo debate.

O documento que estamos lançando hoje contou com a contribuição de 139 entidades empresariais, em especial, das federações estaduais e das associações nacionais da indústria. Nele apresentamos o posicionamento do setor sobre os projetos em tramitação nesta Casa que têm impacto sobre as atividades das empresas e sobre a economia brasileira. Entre os 139 projetos listados no documento, nós destacamos 12 que são essenciais para melhorar o ambiente de negócios e para acelerar o crescimento econômico. Por isso, essas proposições



fazem parte da nossa chamada "pauta mínima".

A principal prioridade da indústria e do Brasil é a reforma tributária. A simplificação e a modernização do sistema de arrecadação de impostos são imprescindíveis para estimular os investimentos e a produção, e para garantir a reindustrialização do País. Devido à complexidade e à amplitude do tema, consideramos adequada a estratégia de dividir a reforma tributária em duas etapas, começando pela reestruturação dos impostos incidentes sobre o consumo e prosseguindo com a tributação sobre a renda.

Felizmente, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços têm reiterado a disposição do Governo em apoiar a aprovação dessa importante mudança. São igualmente positivas as ações da Câmara dos Deputados e do Senado em favor da tramitação das propostas de reforma tributária, construídas a partir de um amplo diálogo com representantes da sociedade civil, dos Estados e dos Municípios. Entre as iniciativas do Poder Legislativo nessa direção estão as atividades do grupo de trabalho criado para retomar as discussões sobre a PEC 45, a reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados, e a PEC 110, a reforma tributária no Senado Federal.

A CNI, na qualidade de principal representante do setor industrial, envidará todos os esforços para que o Brasil não desperdice a oportunidade histórica de aprovar, ainda neste ano, uma reforma tributária que promova o desenvolvimento econômico e social.

Outra prioridade do setor produtivo é a instituição do Código de Defesa do Contribuinte. Defendemos também a prorrogação dos incentivos fiscais do imposto de renda da pessoa jurídica para reinvestimento no Norte e no Nordeste. A renovação desses incentivos é essencial para estimular as atividades produtivas.

É relevante, ainda, a aprovação do marco legal do reempreendedorismo, que estabelece um regime especial para a recuperação judicial e a falência das micro e pequenas empresas. O modelo proposto resolve problemas burocráticos e reduz a complexidade e os custos do atual sistema. A ampliação dos investimentos produtivos depende, igualmente, da melhoria das condições de acesso a financiamentos e da redução dos custos dos empréstimos bancários. Por isso, consideramos indispensável a aprovação do Marco Legal das Garantias de Empréstimos, que diminui o risco dos credores e aumenta a eficiência na concessão do crédito. Além disso, o aumento da frequência e da intensidade de tempestades, secas, furacões e outros eventos climáticos extremos confirma que devemos acelerar as ações para o combate ao aquecimento global.

Precisamos avançar em direção à descarbonização da economia, por meio do desenvolvimento de tecnologias mais limpas e de sistemas de produção mais eficientes. Para isso, é essencial a aprovação de regras que confirmem mais



previsibilidade e racionalidade aos processos de licenciamento ambiental.

É necessária, da mesma forma, a regulamentação do mercado de crédito de carbono para a conservação do meio ambiente, para o incentivo a investimentos em tecnologias limpas, de modo que o Brasil corresponda aos compromissos internacionais de redução das emissões de gases estufa.

Na área da infraestrutura, senhoras e senhores, a prioridade da indústria é a modernização do setor elétrico. A disponibilidade e o custo de energia elétrica são fatores determinantes para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros. Nós apoiamos o texto aprovado na Comissão de Infraestrutura do Senado que expande o mercado livre de energia elétrica de forma equilibrada e reestrutura a concessão de subsídios do setor.

A proposta de modernização da Lei do Bem adapta a legislação aos novos modelos de negócios e permite que, em caso de prejuízo fiscal, as despesas de empresas com pesquisas e com desenvolvimento científico e tecnológico sejam aproveitadas em períodos posteriores.

São igualmente relevantes as proposições que aperfeiçoam as regras vigentes e adaptam a legislação trabalhista às transformações de um mundo moderno. Entre estas propostas, está o Estatuto do Aprendiz, que consolida a interação entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, preparando os jovens para lidar com as novas dinâmicas do emprego.

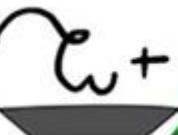
Outro projeto importante para a modernização das leis trabalhistas é o que trata da permissão para o trabalho multifunção. Este tipo de contrato, decorrente das novas formas de produção, reduz os custos, aumenta a eficiência das atividades empresariais e beneficia especialmente as micro e as pequenas empresas.

Na área da saúde e da segurança do trabalho, consideramos fundamental a regulamentação do chamado limbo previdenciário, que beneficia os empregados incapacitados para o trabalho e traz segurança jurídica para as empresas.

Senhoras e senhores, como sempre fez ao longo de sua história, a CNI quer cooperar com os trabalhos do Congresso Nacional, buscando o diálogo e o debate construtivo de propostas que almejam o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico do Brasil. A agenda legislativa da indústria que estamos apresentando hoje aponta o caminho que devemos seguir para termos uma indústria mais inovadora, sustentável e inserida no mercado global.

Com este documento, reafirmamos o compromisso do setor industrial de contribuir para a construção de um país mais forte e competitivo, que ofereça melhores oportunidades de trabalho e de renda para a população. Este deve ser o compromisso de todos nós.

Mais uma vez, agradeço ao Congresso Nacional por nos receber aqui hoje no



lançamento desta nossa agenda.

Contamos com todos os senhores.

Muito obrigado.

(Palmas.)

Documento 33/41

35.2023 Sessão Ordinária - CD 28/03/2023-16:16

Publ.: DCD - 29/03/2023 Denise Pessôa-PT -RS

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de inclusão de mulheres no grupo de trabalho destinado ao debate da reforma tributária.

A SRA. DENISE PESSÔA (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu informo que na semana passada realizei, junto com a Secretaria da Mulher, um importante debate sobre a reforma tributária, considerando o recorte de gênero. Várias convidadas falaram sobre a importância da reforma tributária que nós estamos discutindo na Câmara dos Deputados.

Um ponto que chamou a atenção foi o fato de não haver mulheres compondo esse grupo, o que nós lamentamos, porque, quando se trata de uma reforma tributária com a qual se quer diminuir as desigualdades e tratar, sim, de uma maioria — podemos dizer que a maioria é composta por mulheres neste Brasil — e não há nenhuma mulher compondo o grupo, é de se lamentar.

Vários aspectos foram trazidos para esse debate. Nós sabemos que o Governo Federal tem a intenção, na primeira etapa dos trabalhos, que trata do consumo, de propor medidas como o *cashback*, que visa a devolver recursos pagos em impostos às pessoas que mais necessitam. Não se sabe qual será o recorte, nem a quantidade de pessoas atingidas, mas é uma medida positiva.

Entretanto, nós entendemos que só essa medida talvez não atenda à necessidade existente. Então, é necessário incluirmos mulheres nesse debate da reforma tributária e conseguirmos debater, sim, essa questão do imposto único, mas também precisamos tratar dos produtos sobre os quais incidem alguns impostos diferenciados. Dentro do debate que fizemos, foi dito, por exemplo,

que muitos impostos sobre produtos relacionados ao cuidado ou a tarefas historicamente direcionadas às mulheres são mais taxados do que outros produtos. Então, é necessário haver o olhar e a participação das mulheres nesse debate.

Mais uma vez, reforço à Mesa que incluamos mais mulheres nesse debate, para que consigamos atingir quem mais precisa neste Brasil, onde a maioria das mulheres é chefe de família — e, na população mais pobre, a maioria são mulheres negras. Nós não podemos fechar os olhos para isso. Precisamos incluir esse debate nesse importante tema da reforma tributária.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos canais de comunicação da Casa, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

Documento 34/41

4.2023.N Sessão Ordinária - CD 28/03/2023-11:04
Publ.: DCN - 29/03/2023 - Reginaldo Lopes-PT -MG
HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2023. Desafio de transformação da reforma tributária em grande reforma do Estado brasileiro.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Marcos Pereira.

Cumprimento os Deputados que compõem a Mesa: Deputado Arnaldo Jardim, meu amigo; Deputada Antônia Lúcia; Deputado amigo e Relator que tem essa tarefa histórica de entregar para a sociedade brasileira o relatório da reforma tributária; Deputado Aguinaldo Ribeiro; meu conterrâneo e amigo Presidente da CNI, Robson Andrade — é um prazer encontrá-lo aqui. Também cumprimento todos os representantes da indústria do nosso País.

Eu quero ser bem objetivo ao dizer que, de fato, nós temos uma grande tarefa, aliás, uma tarefa histórica de apresentar o novo sistema tributário para o País, um modelo moderno de imposto sobre valor agregado, um imposto sobre o consumo, que a ampla maioria das economias desenvolvidas e em desenvolvimento pratica. Esse é o grande desafio desta legislatura e a maior contribuição deste Parlamento, Câmara e Senado, também do atual Governo



Federal, mas em especial da sociedade brasileira.

Depois de 40 anos, Deputado Aguinaldo Ribeiro, a minha impressão e a impressão da sociedade é que esta matéria não é uma matéria de Governo ou de Oposição, é a reforma do Estado brasileiro. Eu acho que este é o grande desafio: transformar a reforma tributária numa grande reforma do Estado brasileiro.

Quero aqui dizer algumas razões. Primeiro, de fato, o Brasil não é competitivo com esse sistema tributário. Nós estamos perdendo, nós estamos deixando de ser um país com a potência da nossa indústria. O País está desindustrializando e a maneira de voltarmos a reindustrializar o País é mudando o sistema tributário. Ser um país exportador, como somos, com valor agregado, é fundamental num sistema, no qual não há mais a cumulatividade plena. Nós precisamos ter um novo sistema que possa creditar os créditos, que possa no ato do recolhimento pagar os créditos gerados. Aí, sim, nós vamos transformar essa criatividade do povo numa máquina que vai produzir riqueza, mas também vai distribuir riqueza. Temos potencial para ser um país moderno, um país exportador. Nós já somos exportadores de *commodities*, mas podemos agregar mais valor. Somos uma potência do ponto de vista da energia, do ar, do vento, da água, do mar, mas podemos ainda ser mais potentes. Por exemplo, na questão dos biocombustíveis, somos uma potência, mas podemos ser maior ainda do que somos.

Portanto, eu acredito que o novo sistema tributário vai dar ao País as condições plenas de crescer cada vez mais e gerar mais oportunidade de emprego e renda. Também vamos dar transparência. Sejamos sinceros, nem o povo brasileiro e nem os setores produtivos sabem de fato qual é a carga efetivamente paga de tributo neste País. É preciso transparência. A luz do dia é o melhor desinfetante para mudar o País. Essa transparência, essa clareza, um modelo simplificado que vai desburocratizar o País, que vai diminuir o custo Brasil, o custo com a administração tributária, que vai evitar a judicialização, o contencioso, a dívida ativa, é que vai fazer o Brasil ser um país moderno, capaz de atrair mais investimentos e gerar mais oportunidade.

Portanto, esse é o maior desafio que está colocado para a agenda da indústria no Brasil. Eu acho que é junto com essa agenda legislativa que nós estamos juntos aqui, Robson Andrade, para ajudar no encaminhamento de várias matérias importantes para o setor, mas nós entendemos que esta é a matéria mais importante, realmente, não só para a indústria, mas para todos os setores da economia brasileira, para todos os setores. Se o Brasil voltar a crescer — e todas as pesquisas apontam um crescimento —, todos ganham, não é assim? Então, o Brasil tem a possibilidade de crescer de 12% a 20%, tem a possibilidade de aumentar a renda *per capita* do povo brasileiro em 500 reais ao mês, 6 mil reais por ano. Então, isso faz o Brasil crescer em todos os setores econômicos.

Essa é a perspectiva que nós queremos. Quando todos pagam num país, todos



podem pagar menos. Este é o grande desafio: fazer um modelo simples, para ampliarmos a base de incidência tributária e fazer um sistema moderno para o século XXI que permita ao Brasil se reindustrializar. Não existe nação sem indústria. Na hora que nasce, na hora que morre, sempre temos a presença da indústria na nossa vida.

Vamos juntos.

(*Palmas.*)

Documento 35/41

37.2023

Sessão Ordinária - CD

29/03/2023-21:20

Publ.: DCD - 30/03/2023 -

Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Coordenação pelo orador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária.
Vantagens advindas da reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

Nobres colegas, tenho o orgulho de coordenar o Grupo de Trabalho da Reforma Tributária. Quero aqui agradecer ao Presidente Arthur Lira a minha indicação para a coordenação desse grupo. E lá estamos numa fase de construção de convergências. Estamos buscando ouvir, nos próximos 30 dias, todos os setores produtivos da economia brasileira e já tivemos a oportunidade de ouvir a indústria e o agronegócio. E eu quero então trazer aqui alguns números importantes para a reforma tributária.

O Brasil tem o pior sistema tributário do mundo. Nós precisamos acabar com a cobrança de imposto sobre imposto, o imposto do imposto. Temos um sistema tributário que impede o Brasil de voltar a ser um país de bens manufaturados e de ter presença no PIB mundial. O Brasil já chegou a ter 4% do PIB mundial; hoje tem 2,3%. A nossa indústria, que já teve na balança comercial um saldo positivo, hoje tem um saldo negativo de 128 bilhões de dólares. Nós somos um país que exporta impostos e importa mercadorias com valor agregado. A cada 1 bilhão de dólares de importação, o Brasil perde 25 mil empregos na indústria, o setor da economia com valor agregado.

Quando falamos de um setor da economia com valor agregado, nós estamos falando de um setor que promove uma revolução sistêmica em toda a cadeia,



em todos os outros serviços, inclusive no turismo, na gastronomia, enfim, na prestação de serviços. Portanto, o nosso modelo inviabilizou a nossa competitividade, porque nós exportamos impostos, resíduos de impostos. Olha que o agronegócio foi beneficiado pela Lei Kandir, mas não tem um sistema que consiga creditar as etapas intermediárias. Portanto, o agronegócio será sempre exportador de bens sem valor agregado, o que é importante, mas o setor pode muito mais.

Todos os setores da economia vão ganhar com a reforma tributária. É possível reindustrializar o Brasil. É possível gerar em 10 anos 7,5 milhões de empregos, os melhores, com maiores remunerações. É possível também fazer a economia crescer de 12% a 20% em 10 anos, fazer a renda *per capita* do povo brasileiro aumentar 500 reais por mês, 6 mil reais por ano. Os Municípios que têm renda *per capita* de 66 reais vão passar a ter renda *per capita* de quase 400 reais. Com a reforma tributária, a economia vai crescer, e todos os setores vão ganhar. Podem ter certeza disso.

Nós estamos num processo de transição. Ao unificar o imposto sobre o consumo, nós vamos tirar da Justiça 9 trilhões de reais: 6 trilhões de reais que estão em disputas, em contenciosos, e 3 trilhões de reais da dívida ativa, o que não existe em lugar nenhum no mundo e já foi embutido no preço. Então, o Brasil vai ter mercadorias mais baratas, serviços mais baratos, e o povo brasileiro vai ganhar.

Documento 36/41

37.2023	Sessão Ordinária - CD	29/03/2023-19:04
Publ.: DCD - 30/03/2023 -	Soraya Santos-PL -RJ	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL vai orientar o voto "sim", mas também chama a atenção para alguns pontos.

É lógico que esse dinheiro, que vai servir de gatilho, garantindo melhor empregabilidade, melhor disputa de mercado, é muito necessário. Essa medida acaba gerando um impacto na ponta em relação à competitividade e à geração de empregos, como nós estamos falando, mas que faz parte. Estamos prorrogando uma matéria num setor... Muito embora esse dinheiro seja mais bem aplicado dentro da própria empresa do que voltando para o Governo, nós estamos chamando a atenção para o fato de que este Brasil também está

discutindo a reforma tributária.

Dito isso, faço apenas um alerta: mais uma vez estamos fazendo a exceção de um setor que é produtivo. Mas como ficará esse setor diante da reforma tributária?

O PL defende o voto "sim", mas alerta para esse tema no momento da reforma tributária.

Documento 37/41

37.2023 Sessão Ordinária - CD 29/03/2023-19:36
Publ.: DCD - 30/03/2023 - Rogério Correia-PT -MG
ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Desempenho do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Realização da reforma tributária. Extinção do teto de gastos públicos pelo novo arcabouço fiscal. Revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos governamentais na área social. Estabelecimento dos novos valores do Programa Bolsa Família. Relançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Reajuste do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Reajuste dos valores de bolsas de estudo. Comparecimento do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, à Câmara dos Deputados para esclarecimento de fake news disseminadas pela ultradireita. Repúdio à política de ódio implantada pela Direita. Protesto contra a manutenção, pelo Banco Central do Brasil, da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, em 13,75% ao ano. Equívoco da decisão do Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, contrária à desativação de aeroporto em Belo Horizonte.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço ao Deputado José Guimarães por mais uma vez me permitir representar a Liderança do Governo.

O Governo do Presidente Lula vem fazendo um grande esforço e, mesmo recebendo do ex-Presidente Jair Bolsonaro um País destroçado, em pouco tempo vem arrumando a casa e garantindo avanços para o povo brasileiro. Os Ministros têm trabalhado com muito afinco. O Presidente Lula trabalha diariamente, no Palácio do Planalto, com uma agenda completamente lotada, e não fica à toa, como ficava no passado o ex-Presidente, que tinha uma agenda praticamente vazia — passeava e fazia proselitismo de ideologia de ultradireita pelo País afora. Ao contrário disso, o Presidente Lula trabalha.



Estamos prestes a enviar para esta Casa a reforma tributária, em pleno acordo com a Câmara dos Deputados e com o Senado, para garantir estabilidade econômica e, ao mesmo tempo, estabilidade social, que é a principal premissa pela qual o Presidente Lula foi eleito.

Também estamos perto de remeter a esta Casa um novo arcabouço fiscal, que vai colocar fim ao famigerado teto de gastos. Lembram do teto de gastos, que nunca pôde ser respeitado? Na prática, ele significava corte de recursos para os mais pobres, significava retirada de recursos do orçamento dos mais pobres. Pois a Emenda 95, que estabelecia o teto de gastos, foi simplesmente retirada da Constituição brasileira, a partir da aprovação que nós fizemos da PEC da Transição ou PEC do Bolsa Família. Além de terminar com a Emenda Constitucional 95 e com o teto de gastos, isso nos permitiu também refazer o Orçamento deste ano.

Ministro Patrus Ananias, V.Exa. foi um dos pais do Bolsa Família. Com base nesse novo orçamento, nós estabelecemos novamente o Bolsa Família. Agora, o povo brasileiro já recebe, além dos 600 reais, 150 reais por criança até 7 anos de idade. Isso foi feito em pouco tempo do Governo do Presidente Lula, que encontrou um País destroçado pela ultradireita, pela ideologia reacionária e ultraliberal de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro.

O Presidente Lula já fez a medida provisória do Minha Casa, Minha Vida, que vamos votar daqui a pouco. Esse programa de casas populares tinha sido também liquidado, destroçado pelo Governo Bolsonaro, quando ele estabeleceu uma medida que nunca existiu, que era a tal da Casa Verde e Amarela, que não tinha porta nem tinha janela. Não tinha absolutamente nada. Nenhuma casa foi feita no Brasil no Governo Jair Bolsonaro. Pois retomamos o Minha Casa, Minha Vida.

Eu poderia falar também do PAA — Programa de Aquisição de Alimentos, um dos melhores programas para geração de renda, porque fortalece a agricultura familiar e coloca alimento mais barato e sem veneno na mesa do povo brasileiro. O PAA está de volta, ainda que com o pouco tempo do Governo do Presidente Lula.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, que estava congelado havia 5 anos, teve aumento de 39%. No Governo Bolsonaro, nas escolas estaduais e municipais País afora, tinha-se que partir um ovo ao meio, porque não havia recursos nas escolas para fazer com que o Programa Nacional de Alimentação Escolar existisse e as crianças matassem a fome. No Governo Bolsonaro, 33 milhões de pessoas voltaram à fome, fome que, no segundo Governo do Presidente Lula, já tinha sido eliminada do País.

O Governo Lula tem trabalhado com muito afinco. Eu poderia citar, além disso, o reajuste que foi concedido às bolsas de estudo da CAPES e do CNPq. Havia muito não havia recurso para os estudantes brasileiros, e o Presidente Lula já deu este reajuste. Agora concedeu reajuste aos servidores públicos, não



só aumento geral para os funcionários, mas também para o bolsa-alimentação. Mais do que isso: foi retirada dos planos do Governo a PEC 32, que simplesmente iria, fosse Bolsonaro Presidente, privatizar toda a prestação do serviço público no Brasil.

Vejam como o Presidente Lula tem trabalhado e, ao mesmo tempo, defendido o processo democrático contra os golpes que tentaram dar no Brasil, especialmente em 8 de janeiro. Ontem o Ministro Dino veio aqui e pôs em pratos limpos *a fake news* que a ultradireita estava querendo formar neste Brasil. Parabéns ao Ministro Dino! Nossos Ministros têm trabalhado com afinco.

É claro que há Deputado que prefere colocar uma peruca e dizer que está fazendo isso para "lacrar" na Internet. Problema do Deputado! Pode vestir peruca, pode botar fralda, cada um age como quer, mas nós agimos em prol do trabalho. Isso é que é fundamental fazermos no Brasil.

O Brasil não quer mais a política de ódio que se estabeleceu na Internet e nas redes sociais, em que se lê um tuíte, um zap, e acham que isso é discussão de conteúdo. Não! Não adianta botar peruca e achar que, com isso, está defendendo mulheres! Pelo contrário, está ofendendo as pessoas trans e fazendo a política de ódio.

Cada um tem lá suas bandeiras. Eu prefiro a bandeira de fazer com que o Brasil saia do Mapa da Fome, prefiro que o Brasil gere emprego e renda. Por isso, nós estamos, sim, criticando o Banco Central, que tem a política equivocada de aumento da taxa de juros. A taxa de 13,75% era do Governo frouxo de Bolsonaro. Nós não vamos aceitar isso calados! Nós vamos lutar para que esta taxa de juros seja, sim, baixada no Brasil, porque é impossível nós termos a taxa de juros mais alta do mundo. A ultradireita acha essa taxa natural. Sabem por quê? Porque ela é o Governo dos banqueiros.

Eu faço o seguinte alerta. Povo brasileiro, Deputado que coloca peruca, que veste fralda e que põe melancia na cabeça pode até "lacrar" na Internet, mas isso não ajuda o Brasil. Isso precisa ficar muito claro.

Presidente, para finalizar, eu quero apenas trazer uma questão paroquial de Belo Horizonte, mas importante. O Governador Zema está querendo manter um aeroporto em que recentemente um avião caiu sobre a casa de pessoas e mais um piloto morreu. Eu faço este alerta: não é possível que o Governador Zema queira fazer com que esse aeroporto continue funcionando, com o risco de cair aeronave em escolas e matar crianças. Isso é irresponsabilidade do Governador Zema! Está tudo acertado para que o aeroporto seja desativado agora no dia 1º de abril. O Governo Lula vai manter a portaria.

Não pode um Governador ceder a pressões de uma meia dúzia que tem hangar particular e, com isso, colocar em risco a vida das pessoas.



Muito obrigado.

Documento 38/41

37.2023

Publ.: DCD - 30/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

29/03/2023-21:16

Daniel Soranz-PSD -RJ

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Presidente Arthur Lira pela celeridade na votação de medidas provisórias. Imediata discussão pela Casa da proposta de reforma tributária e do novo arcabouço fiscal brasileiro. Aprovação, pela Comissão de Saúde, de requerimento de audiência pública destinada ao debate da taxação de cigarros, bebidas alcoólicas e produtos ultraprocessados. Aprovação, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de proposta de fiscalização do almoxarifado do Ministério da Saúde, diante da perda do prazo de validade de medicamentos, insumos e vacinas.

O SR. DANIEL SORANZ (Bloco/PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado.

Queria registrar um agradecimento e um elogio ao Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, por acelerar a pauta de votação das MPs, crucial para destravar situações importantíssimas para o Executivo.

Queria também registrar que é muito importante que iniciemos nesta Casa, logo na sequência, a discussão sobre âncora fiscal, o arcabouço fiscal, e a reforma tributária. Presidente, para favorecer o crescimento do Brasil, precisamos discutir e acelerar a reforma tributária nesta Casa. Não é admissível manter o nosso sistema tributário tão complexo como é hoje.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei requerimento — foi aprovado hoje — na Comissão de Saúde para realização de uma audiência pública para iniciar ali a discussão da reforma tributária, tratando da sobretaxa para cigarros, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados. É muito importante que não joguemos essa discussão para a estaca zero e que continuemos mantendo a sobretaxa de produtos que fazem mal à saúde da população.

A reforma tributária, sem dúvida nenhuma, é essencial para nossa sociedade. Sem dúvida nenhuma, é muito importante que aprovemos essa reforma no primeiro semestre. Mas não podemos deixar para uma discussão posterior a sobretaxa para cigarros, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados.



Eu convido todos os Parlamentares desta Casa a participarem ativamente da audiência pública na Comissão de Saúde sobre taxação de produtos que fazem mal à saúde, tema ligado à reforma tributária.

Para concluir, eu queria ressaltar que também foi aprovada hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, proposta de fiscalização do almojarifado do Ministério da Saúde em São Paulo, onde medicamentos, insumos e vacinas, no valor de 2,2 bilhões de reais, perderam a validade. Precisamos prevenir que isso aconteça novamente.

Eu queria agradecer a todos os Parlamentares membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que aprovaram esse requerimento. Espero que aprovemos essa visita o mais breve possível.

Muito obrigado a todos.

Documento 39/41

38.2023	Sessão Ordinária - CD	30/03/2023-14:16
Publ.: DCD - 31/03/2023	Julio Lopes-PP -RJ	
-		
BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

O SR. JULIO LOPES (PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje comunico ao Plenário a instalação do Grupo de Trabalho de Digitalização e Desburocratização desta Casa. Este grupo visa trazer uma proposta de digitalização para a reforma tributária, além de atuar na transversalização de todas as áreas de governo, fazendo com que, por meio deste instrumento moderno, possamos ter melhores condições de vida e prestar melhores serviços ao cidadão.

Acredito fortemente que, na desburocratização da saúde, com a criação e o uso da chave única da cidadania, da qual tive a honra de ser o autor, o CPF, nós transformaremos a saúde brasileira, dando a ela os artifícios da digitalização e da inteligência artificial. Assim, poderemos fazer com que todo brasileiro receba um serviço de saúde de muito melhor qualidade, de maior velocidade e de maior efetividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este grupo de trabalho visa propor também que grandes cadeias, que têm o papel de contribuir enormemente para



a arrecadação dos impostos nacionais, sejam monitoradas e observadas digitalmente.

Nós estamos propondo que se faça o monitoramento de todo o setor de combustíveis. Já temos cobrado isso da ANP há vários e vários anos, no sentido de que possamos ter o monitoramento de toda a área de combustíveis. Queremos que o brasileiro não mais compre um bujão de 13 litros com 2 litros d'água dentro ou com 9 litros apenas. Que nós tenhamos, portanto, o monitoramento permanente de todo bujão de gás brasileiro, de toda tubulação que carrega os líquidos que fazem o País se mover!

Não podemos deixar sem controle os caminhões que abastecem os postos brasileiros, nem as bombas que enchem os tanques dos carros dos brasileiros, invariavelmente com algum tipo de subtração e algum tipo de diminuição. É também visível a grande quantidade de solventes e de água utilizados na diluição de combustíveis. Isso precisa cessar.

Presidente, a digitalização não atuará só nesta área. A digitalização pode e vai prestar uma enorme contribuição ao Brasil em todas as áreas, até na do saneamento, em que, por exemplo, poderemos identificar fossas sépticas e mananciais e estabelecer a distância ideal entre eles.

Antes de terminar minha fala, aproveito para cumprimentar o Governo pela apresentação antecipada do plano de arcabouço fiscal, que esta Casa terá a alegria de analisar. Acredito que o plano tem uma boa proposta. Obviamente, ele poderá receber algumas melhorias a partir das contribuições da nossa Casa. Mas certamente trará uma enorme contribuição ao Brasil na luta contra a inflação, na luta contra a desigualdade e na luta em prol do crescimento econômico.

Deixo aqui meu desejo de um bom fim de semana a todos os brasileiros.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Documento 40/41

38.2023

Publ.: DCD - 31/03/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Miguel Lombardi-PL -SP

30/03/2023-00:00

ENCERRAMENTO

OUTROS
DISCURSO

Sumário



DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MIGUEL LOMBARDI.

Sr. Presidente, estou muito preocupado com o impacto das propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional (PEC nº 45, de 2019, e PEC nº 110, de 2019) sobre as entidades filantrópicas, principalmente dos Institutos de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

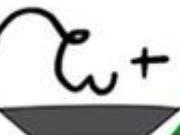
Já manifestei às lideranças do Congresso Nacional que o meu objetivo ao longo da discussão dessas matérias é proteger as entidades de novas obrigações tributárias.

Como a maioria dos colegas têm conhecimento, sou vicentino desde 1994 e atuo na defesa e promoção das Obras Unidas da Sociedade de São Vicente de Paulo. As lideranças Conselhos Metropolitanos da SSVP têm me procurado para compreender melhor esse cenário.

Fui estudar o tema e comprehendi que, de fato, a Constituição Federal concede imunidade de impostos ao patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Isso faz com que não paguem Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

A Carta Magna concede também imunidade para contribuições para a seguridade social, eximindo essas instituições de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para as demais instituições sem fins lucrativos, o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, concede isenção de IRPJ e CSLL às instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e às associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam.



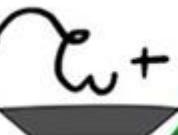
Também é preciso alerta, Sr. Presidente, porque as instituições de educação e de assistência social, as de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico, e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam pagam a Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 1% incidente sobre a folha de salários (arts. 13 e 17 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001).

Entretanto, como não se vislumbra que as ILPIs realizem atividades de industrialização, o que poderia obrigar-las ao recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conclui-se que, no sistema tributário atual relacionado a tributos federais, as ILPIs sem fins lucrativos pagam apenas PIS à alíquota de 1% incidente sobre a folha de salários, sendo imunes ao IRPJ, CSLL e COFINS.

Diante disso, senhoras e senhores, ao analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, da Câmara dos Deputados, ou a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, do Senado Federal, com a ajuda valorosa do consultor legislativo José Evande Carvalho Araújo, passamos a analisar o seguinte cenário.

Ressalvadas pequenas diferenças terminológicas, as duas PECs trocam os cinco principais tributos sobre o consumo atual por um IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços) e um Imposto Seletivo, sendo que, na PEC 45/19, o IBS é único e nacional, e, na PEC 110/19, o modelo é dual, com uma CBS para a União e um IBS para os Estados e Municípios, sendo que os tributos têm desenho constitucional praticamente idêntico.

Ora, no caso dos tributos da categoria imposto (IBS e Imposto Seletivo), permanece a imunidade a impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de assistência social sem fins lucrativos do art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal. Quanto à CBS, mantém-se intocada a



imunidade do art. 195, §7º, da Carta Magna. Assim, não há a possibilidade de que as ILPIs sem fins lucrativos venham a ser chamadas a ser contribuintes desses tributos.

Observe-se, ainda, que as PECs melhoram a situação das instituições de assistência social sem fins lucrativos, pois, com a extinção do PIS, nem mesmo a contribuição social de 1% sobre a folha de salários será mais cobrada. Além disso, ambas as PECs preveem a instituição, por lei complementar, de regimes especiais e favorecidos para assegurar um tratamento mais benéfico para aquisições realizadas por entidades beneméritas de assistência social.

Desse modo, no estado em que se encontra a discussão das PEC 45 e 110/19, é possível dizer que as ILPIs sem fins lucrativos passarão a ter um tratamento tributário mais favorável, pois (i) não pagarão o IBS, a CBS ou o imposto seletivo, (ii) deixarão de pagar o PIS sobre folha de salários, e (iii) ainda podem, no futuro, ser beneficiadas com um regime especial mais favorecido.

Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria que esse tema fosse lido no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 41/41

38.2023 Sessão Ordinária - CD 30/03/2023-11:28

Publ.: DCD - 31/03/2023 Fernando Mineiro-PT -RN

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O SR. FERNANDO MINEIRO (Bloco/PT - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a repescagem e dizer que quem acompanha as falas, os pronunciamentos, através da *TV Câmara*, deve ficar surpreso com a



quantidade de órfãos do autoritarismo, de órfãos da página virada da história que querem criar o seu cercadinho particular para ver se levantam alguns cliques ou se ganham alguma audiência em suas redes sociais.

Eu penso, Sr. Presidente, que nós devemos trazer a este plenário questões centrais para o Brasil. E eu quero aqui falar de uma agenda que julgo ser uma das mais importantes para este Parlamento: a reforma tributária.

Acho que existe um consenso, no Brasil, sobre o atual sistema tributário. O emaranhado de normas, a injustiça do sistema tributário, tudo isso é consenso aqui entre nós. Eu acho que o GT, o grupo de trabalho, criado pelo Presidente Arthur Lira, que tem na Presidência o nosso colega Deputado Reginaldo Lopes e, na relatoria, o colega Deputado Tarcísio Motta, vem fazendo um trabalho muito importante. Eu não sou do GT, mas tenho acompanhado esse debate, porque o considero um dos debates mais centrais para a retomada do desenvolvimento do Brasil e para atender às demandas que o povo brasileiro espera que sejam atendidas pelo Governo e por este Parlamento. Eu tenho acompanhado esse debate e quero aqui fazer justiça aos seus dois comandantes aqui na Câmara e parabenizá-los.

Eu penso também, Sr. Presidente, que nós devemos ampliar o leque da discussão. Foi por isso, de comum acordo com o coordenador, o Deputado Reginaldo, que eu apresentei um requerimento solicitando que o GT realize uma audiência pública para debater o assunto da reforma tributária com o movimento sindical brasileiro, com convite às centrais sindicais e às representações dos trabalhadores e das trabalhadoras, porque, ao fim e ao cabo, a reforma tributária interessa fundamentalmente às famílias brasileiras, aos trabalhadores e às trabalhadoras, e não só ao setor empresarial, ao setor governamental.

Portanto, nos próximos dias, haverá uma audiência pública com o movimento sindical, e é importante nós acompanharmos esse debate, que é central para a retomada do desenvolvimento brasileiro, Sr. Presidente.